

# 2011

## RELATÓRIO

### GESTÃO & CONTAS

---

Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E.



# CUIDAMOS DO NORDESTE

Bragança | Macedo de Cavaleiros | Mirandela

# Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
PRINCIPAIS INDICADORES .....	8
1 ENQUADRAMENTO DO CHNE .....	11
1.1 ÁREA DE INFLUÊNCIA.....	12
1.2 ÁREA DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÓMICA .....	13
1.3 RECURSOS HUMANOS .....	16
1.4 ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS .....	17
1.5 OFERTA DE SERVIÇOS .....	19
2 GOVERNO DA SOCIEDADE.....	20
2.1 MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA.....	21
2.2 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS .....	22
2.3 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES .....	24
I. PROCEDIMENTOS ADOPTADOS NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS .....	24
II. TRANSACÇÕES OCORRIDAS FORA DAS CONDIÇÕES DE MERCADO .....	25
III. FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FSE's .....	25
2.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	26
I. ORGANOGRAMA .....	26
II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	27
III. FISCAL ÚNICO.....	29
IV. AUDITOR INTERNO .....	29
V. DIRECÇÃO TÉCNICA .....	29
VI. ÁREAS CORPORATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	30
VII. DIRECÇÕES DE SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO.....	32
VIII. DIRECÇÕES DE SERVIÇOS E VALÊNCIAS DE ACÇÃO MÉDICA .....	33
IX. COMISSÕES TÉCNICAS DE APOIO.....	33
2.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	35
2.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	37
2.7 SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DA COLECTIVIDADE.....	38
2.8 PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO .....	39
2.9 CÓDIGO DE ÉTICA .....	41
2.10 SISTEMA DE CONTROLO .....	42

2.11	IMPLEMENTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO N.º 1/2009 DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO .....	44
2.12	MECANISMOS DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES .....	45
2.13	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO .....	46
3	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	47
3.1	CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS DE GESTÃO .....	48
3.2	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	49
3.3	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) .....	50
3.4	ATRASO NOS PAGAMENTOS .....	52
3.5	CUMPRIMENTO DOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO .....	53
3.6	CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA.....	54
3.7	REMUNERAÇÕES.....	55
I.	DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	55
II.	DO AUDITOR EXTERNO .....	56
III.	DOS RESTANTES TRABALHADORES .....	56
3.8	NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA .....	57
3.9	IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PREVISTAS NO PLANO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (PEC) .....	58
3.10	CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ENDIVIDAMENTO DEFINIDOS PARA 2010.....	59
3.11	CUMPRIMENTO DO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS .....	60
3.12	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO .....	61
4	ACTIVIDADE GLOBAL EM 2010 .....	62
4.1	INDICADORES DE ACTIVIDADE GLOBAL .....	63
	ACTIVIDADE INTERNAMENTO .....	63
	ACTIVIDADE BLOCO OPERATÓRIO .....	64
	BLOCO PARTOS.....	65
	ACTIVIDADE CONSULTAS EXTERNAS .....	65
	ACTIVIDADE URGÊNCIA.....	66
	TRATAMENTOS HOSPITAL DE DIA.....	67
	OUTRAS PRODUÇÕES.....	67
4.2	INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	68
IV.	ANÁLISE DOS CUSTOS .....	68
	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	69
	CUSTOS COM PESSOAL.....	71
	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO .....	72
V.	ANÁLISE DOS PROVEITOS.....	73

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	73
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS .....	75
VI. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	76
VII. OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	78
4.3 INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS.....	79
4.4 INVESTIMENTOS REALIZADOS.....	84
5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	86
6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	87
6.1 BALANÇO .....	88
6.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	90
6.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES.....	91
6.4 FLUXOS DE CAIXA .....	92
6.5 ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	93
6.6 ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	94
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
RELATÓRIO E PARECER.....	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
DO FISCAL ÚNICO.....	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao longo dos últimos cinco anos, o Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E. (CHNE) implantou-se de forma sólida enquanto entidade prestadora de cuidados de saúde à população do Distrito de Bragança, pese embora todas as condicionantes sociais e geográficas do Nordeste.

O “Projecto CHNE” delineou-se e concretizou-se em torno de uma estratégia rigorosa ao nível da gestão de recursos humanos e financeiros, estruturas e equipamentos, centrada nas necessidades dos nossos utentes.

Neste âmbito, a reestruturação das três Unidades Hospitalares (Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela) que constituem a instituição, concretizou-se em várias frentes, nomeadamente ao nível da requalificação de infraestruturas, reorganização e *upgrade* dos serviços clínicos e administrativos e do investimento em mais tecnologia.

Elevar a prestação de cuidados de saúde na região a um patamar de excelência em sintonia com as *guidelines* internacionais, exigiu um esforço concertado entre as três unidades, e não teria sido possível sem a sua unificação e uniformização. Os ganhos e mais-valias angariados reflectem-se nos resultados assistenciais alcançados, traduzindo-se em mais segurança, mais qualidade e numa capacidade de resposta efetiva e consistente.

O CHNE ultrapassou diversos constrangimentos e a união de esforços permitiu vencer várias “frentes de batalha”. Atraiu mais médicos para o interior e aumentou a sua capacidade formativa; cresceu no número de oferta de especialidades e trouxe mais cuidados de proximidade aos utentes; especializou-se e diferenciou-se, otimizando os recursos disponíveis, e potenciando novas sinergias indutoras de sucesso.

Conscientes das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa, assim como da sensibilidade do actual plano de governação de saúde, não negligenciamos a nossa responsabilidade ao nível da contenção de custos, mas acima de tudo não colocamos em causa a qualidade da nossa actividade assistencial.

O rigor desta gestão contrasta, no entanto, com os baixos resultados de exploração obtidos, fruto dos sucessivos cortes ao nível do financiamento e com a contínua deslocação de verbas do interior para o litoral, concretamente para os grandes centros. As disparidades ao nível do pagamento de actos médicos acentuam-se, e o aumento de produção de serviços registado é insuficiente para compensar a elevada redução do Factor de Convergência. Por sua vez, a alteração (com transferência de verbas dos hospitais do Grupo 4, onde se insere o CHNE, para os hospitais centrais do grupo 2) das regras de pagamento dos subsistemas provocou novas perdas de receita.

Apesar da realidade descrita, os resultados assistenciais amplamente positivos e o controlo de custos havido, comprovam a consistência do projecto que nos propusemos desenvolver e permitem afirmar que a constituição do CHNE foi e é um êxito que, acreditamos, se pretende continuar com a criação da Unidade Local de Saúde do Nordeste. A integração de cuidados primários e hospitalares numa rede de prestação única e focada em todo o percurso dos utentes é, certamente, o rumo certo e trará mais-valias inquestionáveis à população do Nordeste.

Nos últimos cinco anos, errámos e aprendemos, concretizámos e evoluímos, mas também melhorámos e valorizámos os serviços de saúde na região. Bem hajam todos os colaboradores que prosseguem connosco de forma exigente, rigorosa e crente quanto à nossa capacidade de Cuidar, cada vez melhor, do Nordeste.

Presidente do Conselho de Administração

## Principais Indicadores



PRINCIPAIS INDICADORES DE PRODUÇÃO	30-06-2010	30-06-2011	Var.
<b>Internamento</b>			
Lotação	435	435	0,0%
Doentes Saídos	7.479	7.073	-5,4%
Demora Média	7,71	7,81	1,3%
Taxa de Ocupação	73,25%	70,17%	-4,2%
Doentes Tratados / Cama	17	16	-5,4%
<b>Bloco Operatório</b>			
Cirurgias Convencionais	1.439	1.394	-3,1%
Cirurgias Urgentes	930	900	-3,2%
Cirurgias de Ambulatório	1.128	1.044	-7,4%
Total Cirurgias	3.497	3.338	-4,5%
<b>Consultas Externas</b>			
Primeiras Consultas	21.030	21.908	4,2%
Consultas Subsequentes	38.087	36.858	-3,2%
Total de Consultas	59.117	58.766	-0,6%
% de Primeiras Consultas	35,6%	37,3%	4,8%
<b>Urgência</b>			
N.º de Episódios	41.143	44.722	8,7%
<b>Hospital de Dia</b>			
Número de Sessões	5.485	5.764	5,1%
Doentes Tratados	657	710	8,1%
<b>Bloco de Partos</b>			
Total de Partos	319	279	-12,5%
% de Cesarianas	55,2%	43,0%	-22,0%
<b>MCDT's</b>			
Análises Clínicas	554.433	582.772	5,1%
Exames Imagiologia	66.406	69.208	4,2%

## Análise de Indicadores

Uma análise sumária aos quadros de indicadores, que será desenvolvida ao longo deste relatório de gestão, revela:

- **Quanto à produção:** continua a tendência já verificada em anos anteriores, de ligeira diminuição da actividade assistencial, com a excepção dos atendimentos na Urgência e dos Meios Complementares e Diagnóstico realizados.
- **Quanto aos custos:** no cômputo geral, os custos totais registaram um decréscimo de 0,25 % no 1º semestre de 2011, comparativamente ao ano anterior
- **Quanto aos proveitos:** os proveitos no 1º semestre do ano de 2011 verificaram uma diminuição de cerca de 7,37 % quando comparado com o período homólogo.

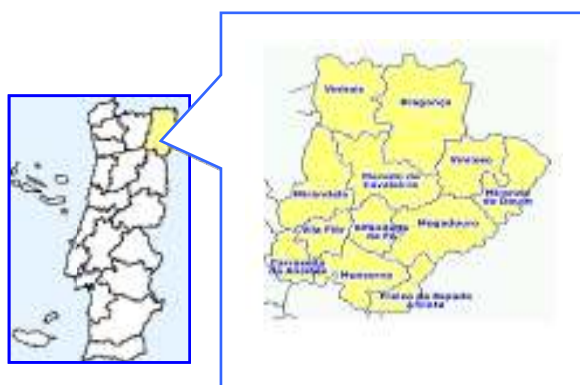


01

## Enquadramento do CHNE

## 1.1 Área de Influência

O Centro Hospitalar do Nordeste E.P.E – CHNE, constituído em 31 Dezembro de 2005, através do Decreto-lei nº 233/2005 de 29 de Dezembro, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa financeira e patrimonial e que sucedeu às pessoas colectivas Hospital Distrital de Bragança, SA, Hospital Distrital de Mirandela, SPA e Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros, SPA, assumindo todos os seus direitos e obrigações. Situa-se na parte oriental de Trás-os-Montes e Alto Douro, estando inserido em pleno distrito de Bragança.



É constituído por três unidades hospitalares localizadas em Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, com sede social na cidade de Bragança, tem como área de influência os doze Concelhos do distrito, designadamente: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e ainda Vila Nova de Foz Côa do distrito da Guarda.

Deste modo, tem como objecto a prestação de cuidados de saúde a 143.564 cidadãos, assim distribuídos pelos treze concelhos referidos.

POPULAÇÃO	Nº Hab.
Alfândega da Fé	5.104
Bragança	35.341
Carrazeda de Ansiães	6.373
Freixo de Espada à Cinta	3.780
Macedo de Cavaleiros	15.776
Miranda do Douro	7.482
Mirandela	23.850
Mogadouro	9.542
Torre de Moncorvo	8.572
Vila Flor	6.697
Vila Nova de Foz Côa	7.312
Vimioso	4.669
Vinhais	9.066
<b>TOTAL</b>	<b>143.564</b>

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2011

## 1.2 Área demográfica e sócio-económica

Com uma população que se aproxima dos 143 mil habitantes, o Distrito de Bragança e Vila Nova de Foz Côa, ocupam uma área de cerca de 7 mil Km<sup>2</sup> (INE, 2011), representando cerca de um terço do território da Região Norte. Embora apresente uma área considerável, os residentes representam apenas 4% da população da Região Norte, traduzindo-se num baixo índice de densidade populacional (21,7 hab/km<sup>2</sup>), quando comparado com a Região Norte (175,9 hab/km<sup>2</sup>).

É um espaço de carácter eminentemente rural, onde a prática da agricultura, pecuária e exploração da floresta, assumem predominantemente a configuração e dinâmica de um território de grande diversidade de ecossistemas.

CONCELHO	1991	2011	Var. 1991/2011
Alfândega da Fé	6.760	5.104	-24,5%
Bragança	33.415	35.341	5,8%
Carrazeda de Ansiães	9.221	6.373	-30,9%
Freixo de Espada à Cinta	4.913	3.780	-23,1%
Macedo de Cavaleiros	18.990	15.776	-16,9%
Miranda do Douro	8.733	7.482	-14,3%
Mirandela	25.464	23.850	-6,3%
Mogadouro	12.245	9.542	-22,1%
Torre de Moncorvo	10.984	8.572	-22,0%
Vila Flor	8.853	6.697	-24,4%
Vila Nova de Foz Côa	8.885	7.312	-17,7%
Vimioso	6.309	4.669	-26,0%
Vinhais	12.683	9.066	-28,5%
<b>TOTAL</b>	<b>167.455</b>	<b>143.564</b>	<b>-14,3%</b>

Anuário Estatístico da Região Norte 1991 e 2011. Fonte INE

CONCELHO	2011				Txn Natalidade ‰		Txn Mortalidade ‰	
	< 14 anos	Entre 15 e 24 anos	Entre 25 e 64 anos	>65 anos	1996	2010	1996	2010
Alfândega da Fé	496	497	2.450	1.661	7,0	3,0	13,2	18,1
Bragança	4.378	3.571	19.161	8.231	9,0	7,9	12,2	11,9
Carrazeda de Ansiães	636	597	3.083	2.057	7,1	4,0	14,8	18,0
Freixo de Espada à Cinta	429	323	1.711	1.317	4,7	4,1	21,0	21,0
Macedo de Cavaleiros	1.848	1.559	7.919	4.450	9,1	5,6	11,5	12,6
Miranda do Douro	731	651	3.663	2.437	6,8	5,1	13,7	15,6
Mirandela	2.897	2.565	12.337	6.051	10,0	6,8	11,0	10,9
Mogadouro	887	848	4.711	3.096	7,7	4,3	13,3	12,6
Torre de Moncorvo	746	774	4.097	2.955	7,1	5,1	15,4	15,2
Vila Flor	722	625	3.413	1.937	8,3	6,0	12,2	11,2
Vimioso	405	361	2.091	1.812	9,6	6,1	15,5	18,7
Vinhais	694	708	4.236	3.428	7,0	3,6	14,5	19,1
Vila Nova Foz Côa	792	676	3.564	2.280	8,5	5,5	13,8	16,9

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2011

Três fatores interligados explicam o modelo demográfico e territorial da área de influência do Centro Hospitalar:

A decomposição do regime demográfico, como consequência dos fortes processos emigratórios históricos e que, conduziu a uma situação estrutural de diminuição crónica da população. No período de 1991 a 2011 apenas o concelho de Bragança registou uma evolução positiva, sendo que no cômputo geral a população residente no distrito de Bragança e Vila Nova de Foz Côa, sofreram um decréscimo de 14,3%, que corresponde a 23.891 habitantes. É de notar que há concelhos com decréscimos que ultrapassam os 20%, sendo que para a suavização da média muito contribuiu o concelho mais populoso, Bragança (que representa quase 25% da população) que regista um aumento de 5,8%.

O grau de envelhecimento da população é muito acentuado, representando a classe etária com mais de 65 anos, cerca de 29% da população total, o que só por si provoca a desvitalização social das comunidades locais.

A taxa de natalidade inferior à taxa de mortalidade em todos os concelhos do distrito, sendo que, no concelho de maior volume populacional, Bragança, em 2011 a taxa de natalidade foi de 7,9 por mil e a taxa de mortalidade de 11,9 por mil.

Estes três factores evidenciados, levam a que o dinamismo, capacidade de inovação ou actualização, sejam factores cada vez mais difíceis de alcançar, com o envelhecimento da população num mundo em constante mutação. Torna-se pois necessário, adequar e modernizar os serviços de saúde, para

que os mesmos sejam de melhor qualidade, procurando minorar a crescente migração de cidadãos para outras zonas.

No que concerne ao Índice do Poder de Compra per capita (2009), este assume para o distrito de Bragança o valor de 66%, muito aquém do IPC nacional (100%).

Apenas o concelho de Bragança, com 92,5%, apresenta um valor próximo da média nacional, conforme se pode constatar pelo quadro anexo.

Relativamente às expectativas para o futuro, em particular para o período 2010-2015, o Alto Trás-os-Montes continuará a ser a região com o valor do índice de envelhecimento mais elevado (179,7 idosos por cada 100 jovens), verificando-se de igual modo um agravamento da taxa de crescimento natural e a diminuição da população residente, nomeadamente nos pequenos Concelhos localizados fora do eixo IP4.

Este cenário terá como consequência direta a procura exponencial de determinados cuidados de saúde, designadamente os relacionados com a geriatria (eventuais aumentos nas especialidades de medicina interna, ortopedia, oftalmologia, urologia, psiquiatria e patologias do foro oncológico), pelo que não se prevêem diminuição da quantidade de cuidados de saúde a prestar (a desertificação é mais do que compensada pelo acréscimo de cuidados de saúde com cada habitante), bem como a necessidade de apoio elevado de cuidados continuados.

### 1.3 Recursos Humanos

Os recursos humanos assumem um papel fundamental no sucesso de qualquer organização, uma vez que representam o ativo mais valioso. A competitividade da instituição depende cada vez mais das competências e eficácia dos seus colaboradores, de modo a que se verifique uma facilidade de adaptação à mutabilidade constante, no meio interno e externo da instituição.

A qualificação dos recursos humanos exige igualmente a formação contínua dos profissionais, sobretudo nesta região, onde os aspetos socioculturais, pelos fatores já apontados, acentuam ainda mais a já deficitária condição face ao resto do país. Inverter esta realidade é o desafio indubitável que a todos se nos depara.

Em Junho de 2011, o Centro Hospitalar do Nordeste englobava 1.260 colaboradores, distribuídos pelas suas três unidades, sendo a principal entidade empregadora da região. É uma estrutura com recursos humanos qualificados, dos quais cerca de 12% são pessoal médico, 36% pessoal de enfermagem, 1% técnicos superiores de saúde, 7% Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, 28% Pessoal Operário e Auxiliar, 11% Administrativos e 5% outros.

Quanto à natureza do vínculo, 98% encontram-se vinculados à instituição, estando os restantes 2% em regime de Contrato de Prestação de Serviços, de Requisição, Acumulação e outras situações.

O quadro seguinte agrega numa forma concisa, por grandes grupos profissionais, o que se acabou de referir:

CATEGORIA	Nº de colaboradores com vínculo				Nº de colaboradores s/vínculo		Total
	F. Pública	CAP	CIT		Prestação de serviços	Outros	
			Termo Certo	Sem Termo			
Órgãos Directivos	3	0	0	0	0	6	9
Pessoal Médico	68	42	0	25	21	0	156
Técnico Sup. Saúde	3	0	1	7	0	0	11
Outro Pessoal Téc. Sup.	9	0	2	25	4	0	40
Técnico Diag. Terap.	56	0	12	17	0	0	85
Pessoal Enfermagem	335	0	40	68	0	0	443
Pessoal Informática	9	0	0	2	0	0	11
Pessoal Administrativo	105	0	13	26	0	0	144
Pessoal Auxiliar e Operário	171	0	65	107	1	0	344
Outros	0	0	0	0	4	0	4
TOTAL	759	42	133	277	30	6	1.247

De forma mais detalhada, será apresentada uma panóplia de informações caracterizadoras dos activos humanos do CHNE, plasmadas no ponto 3.3 do presente relatório.



## 1.4 Estruturas e Equipamentos

Como já foi referido anteriormente, o Centro Hospitalar é composto por três unidades hospitalares, que em termos de edificações, se podem sintetizar:

Unidade Hospitalar de Bragança, integrada numa área de 28,5 ha, é composta por um edifício principal e três edifícios anexos, construídos há mais de 30 anos, e uma Unidade de internamento de doentes crónicos de psiquiatria (UDEP), de construção recente, situada na Quinta da Trajinha. Em 2009, destacou-se a conclusão e inauguração da construção do novo pavilhão da Urgência.

Campus  
Hospitalar



Quinta da  
Trajinha



No total, os terrenos ocupam uma vasta área de 28,5 ha, com uma área de construção de 15.000 m<sup>2</sup>.



Edifício principal



Unidade de doentes crónicos de Psiquiatria

A unidade de Macedo de Cavaleiros está inserida numa área de 3 ha de terreno com uma área construída de 12.150 m<sup>2</sup>, a qual foi sujeita a várias alterações infra-estruturais, nas décadas de 80 e 90.



Por último, a Unidade de Mirandela integra um edifício principal e três edifícios de apoio, também já remodelados, na década de 90, e com uma área de construção 4.022 m<sup>2</sup>, num terreno envolvente de 2 ha.



## 1.5 Oferta de Serviços

O quadro seguinte traduz já as alterações introduzidas nas alocações das especialidades que o CHNE disponibiliza, pelas três unidades hospitalares:

Consulta Externa	Urgência	Internamento	Bloco Operatório	MCDT's	Hospital de Dia
Anestesiologia	Anestesiologia	Berçário	Cirurgia Geral	Análises Clin.	Hematologia
Cardiologia	Cardiologia	Cardiologia	Estomatologia	Cardiologia	Nefrologia
Cardiologia Pediátrica	Cirurgia Geral	Cirurgia Geral	Ginecologia***/Obstetrícia	Gastro.	Pediatria
Cirurgia Geral	Estomatologia	Estomatologia	Oftalmologia	Ginec./Obstet.	Oncologia
Diabetologia	Ginecologia/Obstetrícia	Ginecologia**/Obstetrícia	Ortopedia	Imagiologia	
Doenças Infecciosas	Hematologia	Medicina Física e Reab.	Otorrino.	Med. Fis. Reab.	
Dor	Medicina Interna	Medicina Interna	Urologia	Oftalmologia	
Endocrinologia	Nefrologia	Neonatologia	Nefrologia	Otorrino.	
Estomatologia	Neurologia	Neurologia		Pneumologia	
Gastro.	Oftalmologia	Nefrologia		Urologia	
Ginecol./Obstet.	Ortopedia	Oftalmologia			
Hepatologia	Otorrino.	Oncologia			
Med. Fis. Reab.	Pediatria	Ortopedia			
Medicina Interna	Pneumologia	Otorrino.			
Med. Trabalho	Psiquiatria	Pediatria			
Nefrologia	Urologia	Pneumologia			
Neurologia	VMER	Psiquiatria			
Nutricionismo		Urologia			
Oftalmologia		Unidade de AVC			
Oncologia Méd.		Unidade Vida Autónoma			
Ortopedia		Unidade Doentes Ev. Prol.			
Otorrino.		Unid. Cuidados Intermédios			
Pediatria					
Plan. Familiar					
Pneumologia					
Psicologia Clínica					
Psiquiatria					
Senologia					
Urologia					

**Legenda:**

UH BRAGANÇA

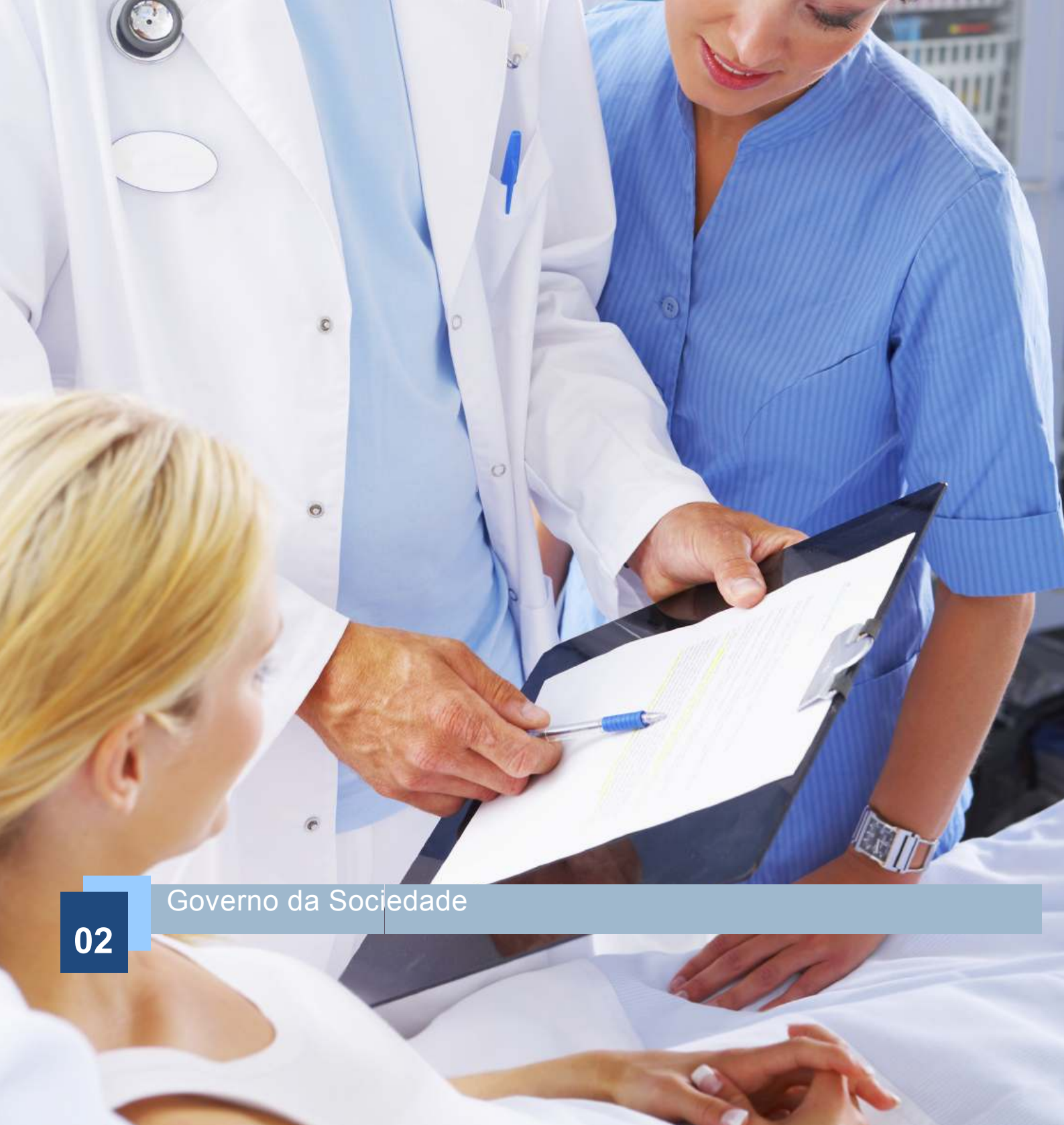
UH MIRANDELA

UH MACEDO

SER. DIFERENCIADOS

\*\* No que concerne à Unidade de Mirandela, apenas existe internamento de Ginecologia (Cirurgia Programada)

\*\*\* Na Unidade de Mirandela, apenas se efectuam cirurgias de ginecologia (programadas)



## 2.1 Missão, Objetivos e Políticas da empresa

---

### A nossa Visão

Pretendemos ser o melhor hospital do nosso grupo de referência, posicionando-o nos 10 primeiros lugares do ranking nacional dos hospitais empresarializados.

### A nossa Missão

Sobressair como hospital fomentador de liderança, na prestação de cuidados até ao limite da sua diferenciação, na assistência das populações que servimos, estimulando a qualificação e formação interna.

### Os nossos Valores

#### ÉTICA

Respeitar os princípios e procedimentos definidos para a Instituição, trabalhando com honestidade, profissionalismo e transparência;

#### COMPETÊNCIA

Trabalhar, no melhor uso dos recursos, promovendo e compartilhando responsabilidades em equipa, assegurando os objetivos da instituição e prosseguir uma atitude de aprendizagem e inovação;

#### COMPROMISSO com o utente

Identificar e satisfazer as necessidades de cuidados com dignidade, benevolência e humanismo, proporcionando um serviço com alto padrão de qualidade e atendimento;

#### HUMANIZAÇÃO

Estimular o contínuo crescimento profissional e pessoal, trabalhando com entusiasmo, praticando a justiça, construindo e mantendo relações de confiança, de lealdade e tolerância com os utentes.

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Caminhar para o desenvolvimento consciente e sustentado da sociedade, favorecendo o pleno exercício da cidadania e respeito pelo ambiente.

## 2.2 Regulamentos Internos e externos

---

A atividade do Centro Hospitalar rege-se por distintos diplomas legais emitidos pela Tutela, dos quais se destacam:

- Diploma da transformação de Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos em Entidade Pública Empresarial (Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro), e respectiva legislação de enquadramento (Lei de Bases da Saúde n.º 48/90, de 24 de Agosto, estatuto do Serviço Nacional de Saúde, Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, e Regime Jurídico da Gestão Hospitalar, Lei n.º 27/02, de 8 de Novembro);
- Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro;
- Lei Reguladora das EPE, Decreto-Lei n.º 93/2005, 07 de Junho;
- Resolução do Conselho de Ministros nº 121/2005, que estipula as orientações a prosseguir pelos Conselhos de Administração das empresas públicas, na adoção de políticas de contenção de custos nas vertentes: pessoal; aquisição de serviços e bens duradouros e não duradouros; investimentos não indispensáveis e não adiáveis; e endividamento;
- Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005, que define o regime de previdência dos órgãos de direção das empresas públicas;
- Resolução do Conselho de ministros nº 49/2007, que aprova os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado;
- Despacho n.º 10760/2010, de 29 de Junho que determina que todos os hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde integradas no sector empresarial do Estado e no sector público administrativo devem elaborar um plano de redução da despesa para o corrente ano 2010;
- Lei n.º 12 – A/2010, de 30 de Junho que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice e controlo do crescimento da dívida pública;
- Decreto – Lei n.º 137/2010 de 28 de Dezembro que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010 – 2013.

Para além destes, existem documentos de natureza interna que regulam o funcionamento dos serviços, designadamente:

- Regulamento interno do Centro Hospitalar;
- Código de Ética;
- Regulamento dos Serviços de Urgência e Consulta Externa, Delegados de Informação Médica, Casa Mortuária, Gabinete do Cidadão, encaminhamento de Visitas e Gabinete de Formação;
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.



## 2.3 Informação sobre outras transações

### I. Procedimentos adotados na aquisição de bens e serviços

O artigo 54º do Regulamento Interno do Centro Hospitalar define que “a aquisição de bens e serviços e a contratação de empreitadas rege-se pelas normas de direito privado, sem prejuízo da aplicação do regime do direito comunitário, relativo à contratação pública.” Aplica-se à aquisição de bens e serviços o artigo 13º do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

É da competência do Serviço de Aprovisionamento e Compras, para cada situação, determinar o tipo de processo de aquisição adequado. Estão definidos os seguintes tipos de processos de compra:

- Compra directa;
- Consulta prévia;
- Concurso público.

A escolha do tipo de processo de aquisição baseia-se no montante envolvido, pelo que o quadro seguinte identifica, para cada tipo de processo de compra, os requisitos obrigatórios.

**Quadro Comparativo dos Requisitos dos Processos de compra**

REQUISITOS	Classificação dos Processos de Compra		
	Compra Directa	Consulta Prévia	Concurso Público
	até 2.500€	de 2.501 até 25.000€	A partir de 25.001€
Orçamento Prévio	Sim	Sim	Sim
Cabimento Orçamental	Sim	Sim	Sim
Caderno de Encargos	Não	Sim	Sim
Ficha de Requisitos	Sim	Não	Não
Dossiê do Processo de Aquisição	Não	Sim	Sim
Convite – Número mínimo de Consultas	1	3	Não
Publicitação em Jornal Nacional	Não	Não	Sim
Publicitação no JOCE	Não	Não	Não
Mapa Comparativo de Propostas	Não	Sim	Sim
Comissão de Análise das Propostas	Não	Sim	Sim
Caução	Não	Sim	Sim
Negociação – Serv. Aprov. e Compras	Sim	Sim	Não
Negociação – Conselho de Administração	Não	Não	Sim
Anulação do Procedimento	Sim	Sim	Sim
Contrato*1	Não	Não	Sim
Notas de Encomenda	Sim	Sim	Sim
Gestão e Monitorização do Contrato	Não	Sim	Sim

\*1 – Para bens de consumo e investimento só para adjudicações superiores a 75 mil euros. No caso de Serviços de longa duração é sempre exigido um contrato.



A metodologia a seguir para seleção de fornecedores está relacionada com o tipo de processo de aquisição a implementar.

No caso de se tratar de uma compra direta, o fornecedor é escolhido diretamente pelo Serviço de Aprovisionamento e Compras sem necessidade de qualquer tipo de formalidade adicional.

Para os restantes tipos de processos de aquisição são desenvolvidos cadernos de encargos que estabelecem os critérios de avaliação das propostas. Critérios, esses, objetivos, quantificáveis e comparáveis. A análise de propostas é realizada por uma comissão de avaliação, proposta pelo serviço e aprovada pelo Conselho de Administração.

## II. Transações Ocorridas fora das condições de mercado

Os procedimentos adotados pelo Centro Hospitalar do Nordeste, EPE em matéria de aquisição de bens e serviços, já referenciado no ponto supra, são os previstos no Código dos Contratos Públicos. A aprovação interna das despesas continua a ser efetuada de acordo com a delegação de competências estabelecida, e mantêm-se as regras internas que determinam que a formalização da despesa seja sempre reduzida a escrito através de nota de encomenda.

Relativamente a transações ocorridas fora das condições de mercado, todas as transações relativas a aquisições de bens e serviços ocorreram em condições de mercado no cumprimento das normas legais e internas.

## III. Fornecedores que representam mais de 5% dos FSE's

De entre as contratações de fornecimentos de bens e serviços, prestados ao longo de 2010, no montante de **6,1** milhões de euros, destacam-se os seguintes fornecedores cujos custos com FSE's representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos:

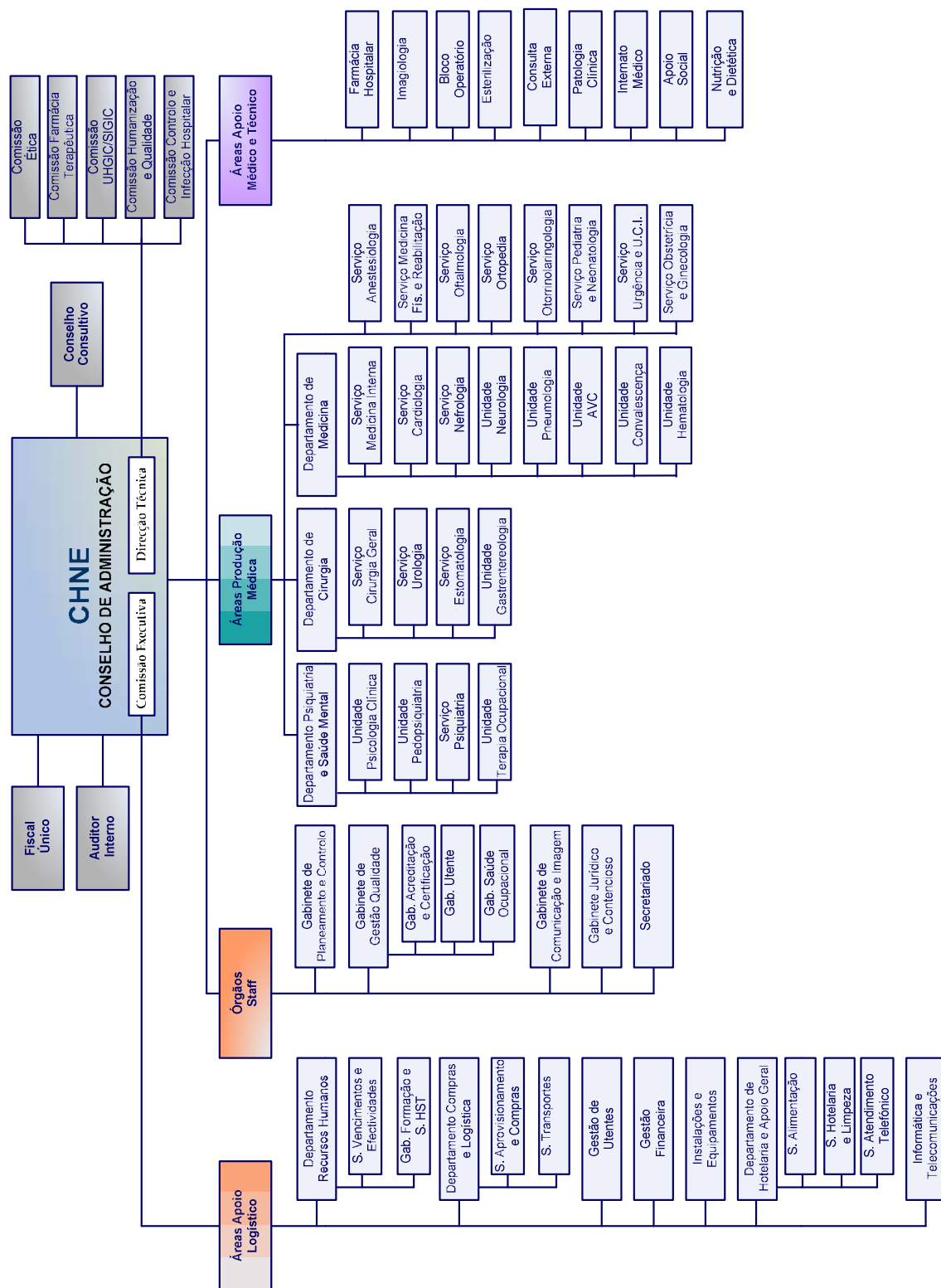
SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	1.226.053,49 €	(1)
Instituto Português de Sangue, IP	387.098,20 €	(2)

(1) Prestação de serviços de limpeza, higiene e conforto, alimentação, lavandaria.

(2) Disponibilização de sangue e componentes sanguíneos.

## 2.4 Estrutura Organizacional

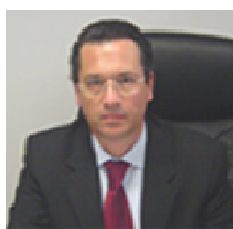
### I. Organograma



## II. Conselho de Administração



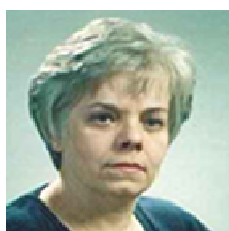
Henrique Capelas  
(Presidente)



António Marçôa  
(Vogal Executivo)



Manuel Sampaio  
(Director Clínico)



Conceição Vieira  
(Enfermeira Directora)



Isabel Barreira  
(Vogal Executivo)



José Cardoso  
(Vogal Executivo)



Cláudia Miranda  
(Vogal Executivo)

### III. Fiscal Único

**Efectivo** Jorge, Silva, Vítor, Neto, Fernandes & Associados, SROC

**Suplente** Moreira, Valente & Associados, SROC

---

### IV. Auditor Interno

Carlos Cerqueira

---

### V. Direcção Técnica

Director Clínico

Manuel Sampaio

Adjuntos

Teresa Aroso

Flaviano Gomes

Ilda Matos

Liseta Gonçalves

Enfermeira Directora

Conceição Vieira

Adjuntos

Aurora Correia

Urbano Rodrigues

João Correia

Eugénio Teixeira

## VI. Áreas Corporativas do Conselho de Administração

O Conselho de Administração como órgão intrinsecamente colegial, assume as suas decisões, como profundamente ponderadas e consistentes, resultantes de uma prática de gestão coesa, subordinada a uma política de resoluções tomadas em conjunto; tal facto proporciona uma maior clareza e transparência na performance de gestão, standardizando e tipificando as regras do acto gestionário.

As competências do Conselho de Administração estão genericamente definidas no artigo 7º do Anexo II ao Decreto-Lei N.º 233/2005 de 29 de Dezembro (Estatutos), estando também definidas as competências específicas do Presidente do Conselho de Administração, do Director Clínico e do Enfermeiro Director, respetivamente, nos artigos 8º, 9º e 10º, do referido Decreto-lei.

Considerando a necessidade de assegurar uma adequada coordenação e controlo das actividades, tendo em vista a prossecução das orientações estratégicas definidas para o actual modelo de gestão empresarial, foi atribuída aos membros do Conselho, a coordenação das seguintes áreas de responsabilidade:

- **Presidente do Conselho, Dr. Henrique Capelas:**

- a) As previstas em geral no Art.º 8º dos Estatutos, designadamente, coordenação geral acompanhamento e controlo da atividade estratégica do Conselho de Administração;
- b) Representação e relações com o exterior, nomeadamente a correspondência com as demais Instituições do Ministério da Saúde, tais como Ministério da Saúde, Secretarias de Estado da Saúde, Administração Regional de Saúde Secretaria-geral, Instituto de Gestão Financeira da Saúde, Inspeção Geral de Saúde, Direção Geral de Saúde, e entidades similares;
- c) Coordenação da política interna e externa de Comunicação e Imagem;
- d) Supervisão através da Direção Técnica, especialmente o Director Clínico, da atividade clínica, estabelecendo, através do mesmo, a ligação com as Comissões Técnicas do Centro Hospitalar;
- e) Definição do Planeamento Estratégico e política de Controlo de Gestão, em articulação com o IGIF, nomeadamente através do auditor interno;
- f) Definição estratégica e coordenação da política de Rec. Hum., nomeadamente as áreas de recrutamento e seleção, política remuneratória e formação;
- g) Coordenação dos Processos de Inspeção com a IGS, ao nível do Inspetor-geral;

- h) Coordenação dos Projectos de Instalações e Equipamentos e de Requalificação Técnica, que pela sua importância ou valor sejam estratégicos para o Centro Hospitalar;

- **Vogal Executivo, Dr. António Marçôa:**

- a) Substituição do Presidente do Conselho de Administração, nas suas ausências;
- b) Coordenação e controlo da política de Aquisições Aprovisionamento e Logística;
- c) Coordenação e controlo da Área Financeira e Patrimonial;
- d) Programação, acompanhamento e controlo, através dos contratos programa internos, em articulação com o Diretor Clínico, da Produção Hospitalar dos Serviços de Ação Médica;
- e) Coordenação e controlo do investimento, ao nível processual, dos projetos no âmbito do Saúde XXI e FEDER;
- f) Coordenação dos processos de Codificação e Auditorias Clínicas.

- **Vogal Executivo, Dra. Cláudia Miranda:**

- a) Representação do Conselho de Administração, na Gestão corrente da UH de Macedo de Cavaleiros;
- b) Definição e programação da Gestão da Qualidade, processos de Acreditação e Certificação e Investigação Científica;
- c) Programação e coordenação da política de Apoio Social consubstanciada nos Serviços de Apoio Social;
- d) Coordenação e controlo da área de Gestão do Utente.

- **Vogal Executivo, Eng. José Cardoso:**

- a) Representação do Conselho de Administração, na Gestão corrente da UH de Mirandela;
- b) Programação, coordenação e controlo da área de Transportes;
- c) Coordenação e controlo da área de Informática e Comunicações;
- d) Coordenação e controlo do investimento e manutenção das Instalações e Equipamentos, em articulação com o PCA, de acordo com a alínea h) do ponto 1.1;

e) Coordenação e controlo das áreas de Manutenção de Parques e Jardins;

▪ **Vogal Executivo, Dra. Isabel Barreira:**

- a) Coordenação da área Jurídica e Contencioso, em articulação com o PCA, de acordo com as alíneas b) e g) do ponto 1.1;
- b) Coordenação e controlo das áreas de Hotelaria e Apoio Geral, nomeadamente os serviços de Alimentação, Hotelaria, Lavandaria e Limpeza de áreas comuns, Atendimento Telefónico;
- c) Programação, coordenação e controle da actividade do Gabinete do Utente e Acções de melhoria a desenvolver, no âmbito do Gabinete da Qualidade.

▪ **Diretor Clínico, Dr. Sampaio da Veiga:**

As áreas de responsabilidade dos membros da Direção Técnica, são as explicitadas nos Estatutos do Centro Hospitalar, nomeadamente:

- a) As definidas no Art.º 9º dos Estatutos, do DL 233/2005;
- b) Interligação operacional com a Sub-Região de Saúde de Bragança.

▪ **Enfermeira Diretora, Conceição Vieira:**

- a) As definidas no Art.º 10º dos Estatutos do DL 233/2005;
- b) Coordenação das equipas de gestão de alta;
- c) Coordenação e Acompanhamento do Projeto da UCC de Convalescença de Agudos.

## VII. Direcções de Serviços de Apoio Logístico



DEPARTAMENTOS/SERVIÇOS	Responsável
Departamento de Compras e Logística	António Martins
Departamento de Recursos Humanos	José Teixeira
Departamento de Hotelaria e Apoio Geral	Paulo Miguel
Serviço de Gestão Financeira	José Soares
Serviço de Gestão de Utentes	José Coelho
Serviço de Informática e Comunicações	Horácio Morais
Serviço de Instalações e Equipamentos	Alberto Marialva
Serviço de Farmácia Hospitalar	Carla Martins
ORGÃO DE STAFF	Responsável
Gabinete de Comunicação e Imagem	Não Nomeado
Gabinete de Gestão da Qualidade	Sandra Moura
Gabinete Jurídico e Contencioso	Cláudia Fernandes
Gabinete de Planeamento e Controlo	Lino Olmo

## VIII. Direções de Serviços e Valências de Ação Médica

ESPECIALIDADE	Médico/Responsável
Anestesiologia	Dulce Rosa
Cardiologia	José Leandro
Cirurgia Geral	António Ferrão
Estomatologia	Nuno Santos
Ginecologia/Obstetrícia	Joaquina Baltazar
Medicina Interna	Prudência Vaz
Nefrologia	Fátima Ramos
Neurologia	Ilda Matos
Oftalmologia	Faria Pires
Ortopedia	António Ruano
Otorrinolaringologia	Miguel Bento
Pediatria/Neonatologia	Óscar Vaz
Pneumologia	Clotilde Andrade
Psiquiatria	Machado Rodrigues
Urgência	Eugénia Madureira
Urologia	José Moreira
Imagiologia	Manuel Costa
Medicina Física e Reabilitação	Abílio Silveira
Patologia Clínica	Graça Pombo
Nutricionismo	Rosária Rodrigues

## IX. Comissões Técnicas de Apoio

- Comissão de Controlo e Infecção Hospitalar
- Comissão de Ética
- Comissão de Farmácia e Terapêutica
- Comissão de Humanização e Qualidade
- Comissão UHGIC/SIGIC

Na sequência da criação do Centro Hospitalar e atendendo à reorganização preconizada, o Conselho de Administração procedeu à constituição das Comissões de Apoio Técnico supra, nos termos da legislação (Artigo 21º, Secção V dos estatutos do Decreto-Lei nº 233/2005 de 29 de Setembro, que rege a criação do Centro Hospitalar), com a participação de elementos do Conselho de Administração, conforme quadro infra:

COMISSÕES ESPECIALIZADAS	Presidente do CA: Dr. Henrique Capelas	Director Clínico: Dr. Sampaio da Veiga	Enfermeira Directora: Conceição Vieira
Comissão de Ética			X
Comissão de Humanização e Qualidade	X	X	X
Comissão de Controlo da Infecção			X
Comissão de Farmácia e Terapêutica		X	
Comissão UHGIC/SIGIC		X	

## 2.5 Responsabilidade Social

---

### ▪ Igualdade de Oportunidades

No âmbito das contratações de novos colaboradores, os processos de recrutamento e seleção baseiam-se em práticas responsáveis, na igualdade ao acesso de todos os interessados e à escolha de candidatos com base nas suas efetivas capacidades, assentes em critérios objetivos e transparentes.

A Junho de 2011 desempenhavam funções no CHNE 1.247 trabalhadores, sendo 897 mulheres e 350 homens. Deste universo, 21 são portadores de deficiências, o que revela também a preocupação com o emprego deste grupo mais desfavorecido.

### ▪ Formação Contínua

Reconhecendo-se a formação profissional como um pilar fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os Colaboradores do CHNE, esta assume especial importância quando devidamente articulada com os diversos interlocutores no que se refere, em particular, ao desenvolvimento de um plano adequado à melhoria do desempenho de todos os colaboradores e consequentemente do CHNE.

É neste contexto que o Centro Hospitalar do Nordeste tem como política fomentar a formação contínua dos seus Colaboradores, que resultará num importante contributo para a humanização dos serviços, para a mudança de comportamentos, melhoria do desempenho e assim como para uma gestão cada vez mais eficiente e eficaz dos recursos.

Sendo o desenvolvimento profissional e a valorização pessoal dos Colaboradores a chave para o sucesso de qualquer organização, o Gabinete de Desenvolvimento e Formação implementou em 2011 um projecto formativo que visou o investimento na qualificação/evolução e retenção do activo mais importante de qualquer organização que são os seus colaboradores, através da aquisição de competências comuns e específicas de todos os grupos profissionais, de forma integrada com os objectivos do CHNE.

O CHNE procurou, de uma forma mais eficiente e eficaz, dar resposta às exigências em matéria de formação aos colaboradores, através dum processo dinâmico, potenciador do desenvolvimento das capacidades e competências dos recursos humanos da instituição que vise o investimento na qualificação/evolução e retenção do ativo mais importante de qualquer organização que são os seus

colaboradores, através da aquisição de competências comuns e específicas de todos os grupos profissionais, de forma integrada com os objetivos do CHNE.

- O ambiente

É provavelmente a área da responsabilidade social cuja visibilidade e discussão pública mais se tem acentuado nos últimos tempos. Neste campo, o CHNE assume uma postura proactiva, adaptando as instalações a sistemas de gestão energética, permitindo assim a poupança em energia, apostando de igual forma em energias não poluentes, no tratamento de resíduos sólidos, na redução com vista à sua total eliminação de películas radiológicas e a introdução de práticas ecológicas, nomeadamente dos lixos para reciclar. De igual forma, estão-se a dar passos importantes nas medidas de racionalização de consumo de papel.

## 2.6 Desenvolvimento Sustentável

### ▪ Criação de Valor

Sendo os utentes a razão de existência do Centro Hospitalar, ela está ligada à prossecução constante na melhoria dos processos e nível de qualidade dos cuidados de saúde à população.

Assim, a primeira preocupação em termos de responsabilidade social tem a ver com os cidadãos, com o seu bem-estar que o CHNE tem de garantir de uma forma eficaz quer em termos de acessibilidade, quer de tratamento. Verifica-se assim, tal como demonstra o quadro abaixo uma proximidade cada vez maior com os utentes, através do aumento do nº de reclamações, quer sugestões, quer elogios.

TIPO DE EXPOSIÇÃO	Jun-10	Jun-11	Var. 10/11
Reclamações	52	64	23,1%
Sugestão/Opinião	64	66	3,1%
Agradecimento/Elogio	2	7	250,0%

### ▪ Inclusão Social

No âmbito dos projetos de Cooperação Transfronteiriça Interreg III-A UDEP e SIPEM, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas visando a inclusão social dos doentes crónicos de Psiquiatria no meio laboral. Deste modo, foi, no ano 2011, dada continuidade às atividades implementadas em 2007, com a criação de novas oficinas de trabalhos, designadamente na área da estampagem e gravação de brindes publicitários, assumindo uma importância acrescida para a reabilitação laboral dos doentes.



## 2.7 Satisfação das necessidades da coletividade

---

A sociedade em geral representa, ela própria no seu conjunto, uma área naturalmente vasta, da responsabilidade social.

Numa perspetiva alargada, as expectativas da sociedade para com os objetivos da empresa são cada vez mais exigentes, ultrapassando a pura função económica, geradora de emprego e riqueza, tal exigência, no sector de saúde, vem-se assumindo gradualmente como uma realidade incontornável.

### ▪ Solidariedade

É política do CHNE aliar-se e promover de forma proactiva, às várias iniciativas de carácter social com a envolvimento de diversas associações em campanhas de solidariedade e apoio. Foram assim desenvolvidas várias campanhas ligadas ao ambiente e, outras de apoio com equipamentos a pessoas portadoras de deficiência.

No âmbito da colaboração para a Formação e Investigação, o Centro Hospitalar é um pólo dinamizador, junto das diversas Escolas de Saúde da região, com quem mantém Acordos e Protocolos de formação.

A vertente internacional é também outra das prioridades, através de acordos estabelecidos com Espanha, em quatro grandes projetos cooperação transfronteiriça, na área da saúde: UDEP, TODO SALUD, SIPEM e INDESS.

Paralelamente, através do Gabinete de Comunicação Externa estão criados os canais adequados de ligação aos meios de Comunicação Social, Instituições oficiais, Parceiros sociais, Associações e outros. É prática do Conselho a consolidação de relações com os Órgãos representativos do Poder Central e Local, através do Governo Civil, Autarquias e Comissões de Saúde Municipais.

## 2.8 Princípios de Bom Governo

---

No âmbito das suas funções de entidade de interesse público, o Centro Hospitalar do Nordeste assume cada vez mais um papel preponderante na promoção do desenvolvimento regional na sua área de influência. Deste modo, as estratégias delineadas visam a adoção de boas práticas, nos domínios económicos, social e ambiental.

Relativamente ao cumprimento do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, e no que ao Centro Hospitalar concerne, destacam-se os seguintes princípios:

- Definição da missão, valores, objetivos e políticas, plasmados no plano de negócios e regulamento interno, devidamente homologados pela Tutela;
- Elaboração do plano de atividades e orçamento económico, adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, de acordo com a missão e objetivos previamente delineados;
- Adoção de comportamentos promotores de igualdades entre homens e mulheres, sem qualquer tipo de índole discriminatória;
- Cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor;
- Tratamento dos colaboradores com respeito e integridade, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional, através de ações de formação interna e externa;
- Tratamento dos clientes e fornecedores com equidade e transparência, existindo procedimentos definidos para os processos de adjudicação, orientados por princípios de economia, eficácia e transparência;
- Adoção de comportamentos corretos nos negócios, sendo que todas as despesas efetuadas possuem o respetivo documento suporte;
- Promoção da segregação de funções, existência de comissões especializadas, e existência de Auditor Interno;
- Existência de relatórios com periodicidade anual e trimestral, elaborados pelo Fiscal Único;
- Divulgação das remunerações totais e demais benefícios auferidos por cada elemento do Conselho de Administração;

- Divulgação dos princípios de Bom Governo referentes ao Centro Hospitalar, no site das empresas do Estado, assim como demais informações de interesse para o público em geral.

Os quais, o Centro Hospitalar do Nordeste adotou no sentido do integral cumprimento aos Princípios do Bom Governo.



## 2.9 Código de Ética

---

Com o objetivo de estabelecer princípios éticos e de padronizar condutas e comportamentos, reduzindo a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios morais, o Conselho de Administração do CHNE elaborou um Código de Ética, sendo considerado por todos os colaboradores como um guia para o comportamento individual e para as políticas organizacionais adotadas.

Sendo o Código de Ética um conjunto de valores dos quais se depreendem princípios que implicam o estabelecimento de regras e normas, assume o fundamental papel de fio condutor do comportamento dos profissionais no âmbito da atividade assistencial do Centro Hospitalar.

Pela atividade assistencial em geral, mas também pelas características e especificidade muito próprias da zona do Nordeste Transmontano onde se insere o CHNE, verifica-se com frequência, a necessidade de tomada de decisões em circunstâncias complexas ligadas à saúde humana e às ciências da saúde.

É neste espaço de atuação individual e coletiva que os valores deontológicos assumem maior importância e significado.

Assim, o CHNE assume um conjunto de valores essenciais e de regras de conduta, com os quais pretende assegurar os direitos e garantias dos cidadãos que ocorrem a esta Instituição, valores esses que devem orientar e reger o comportamento de todos os profissionais que nele trabalham, alcançando-se assim o reconhecimento e o mérito do serviço público que o CHNE presta à comunidade nordestina.

Existe ainda uma Comissão de Ética, composta por uma equipa multidisciplinar, cuja principal função é “zelar pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, de forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humana, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética” (Decreto-lei nº 97/95 de 10 de Maio).

O Código de Ética pode ser consultado no site do CHNE ([www.chne.min-saude.pt](http://www.chne.min-saude.pt)).

## 2.10 Sistema de Controlo

---

O Conselho de Administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa, em ordem a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, abarcando todos os riscos relevantes.

O estatuto das unidades de saúde EPE prevê que a estrutura orgânica disponha de um Auditor Interno designado pelo Conselho de Administração, a quem compete proceder ao controlo interno nos domínios contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos.

O Auditor Interno terá assim como Missão apoiar a Organização na identificação e avaliação objetiva de exposições ao risco, estabelecendo controlos efetivos e propondo recomendações para a melhoria do processo de governação.

O Auditor Interno deverá, por isso, acrescentar real e efetivo valor à Organização na prossecução dos seus objetivos, através do aumento da eficiência e eficácia das operações e processos internos, da confiança e integridade da informação financeira e operacional, salvaguarda dos ativos e a conformidade com legislação, regulamentos (interno e outros) e contratos.

Relativamente ao grau de implementação dos manuais de procedimentos administrativos e contabilísticos (MAPC) da ACSS, foi verificado por esse organismo que no Centro Hospitalar do Nordeste, EPE estavam totalmente implementados e customizados os manuais de procedimentos para todas as áreas de intervenção.

No que respeita à revisão dos MPAC, já no ano 2010, foram revistos os manuais relativos às áreas de Recursos Humanos e de Compras e Logística, com acompanhamento por parte do Auditor Interno, por serem as áreas que foram objeto de maiores reorganizações nesse ano, quer por reorganização funcional quer pela introdução de novos sistemas informáticos, com alterações substanciais nos procedimentos e necessários controlos internos.

O Conselho de Administração deu orientações no sentido de que, sempre que efetuadas revisões aos MPAC, deverá desde logo ser planeada revisão futura, bem como no que respeita à atualização permanente dos manuais quando alterados procedimentos, aliás como decorre do próprio processo de Acreditação. Este que assegura por si só a mitigação de alguns riscos, através da obrigatoriedade de implementação de normas e procedimentos, e da adoção das melhores práticas já testadas em outras unidades do mesmo sector de atividade.

O auditor interno tem elaborado e executado o Plano Anual de Auditoria, constante do n.º 5 do art.º 17.º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, bem como o relatório semestral sobre a atividade desenvolvida constante do n.º 6 do art.º 17.º do mesmo diploma legal.

A atuação do Auditor Interno designado pelo Conselho de Administração teve no ano 2010 efetivos reflexos ao nível do controlo da atividade operacional, com destaque para as revisões e controlos instituídos na áreas de recursos humanos e transportes, no acompanhamento e controlo de custos, na elaboração de um plano de gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas transversal a todo o Centro Hospitalar, e no apoio especializado na implementação do sistema de avaliação de desempenho.

## 2.11 Implementação da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção

---

A Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, estabeleceu que todas as entidades públicas elaborassem um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Nesse âmbito, o CHNE desenvolveu em 2010 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), o qual se encontra dividido em duas partes: uma primeira que diz respeito à sua implementação e divulgação propriamente ditas, em particular na tomada de medidas para a sensibilização dos Colaboradores do CHNE nas matérias relacionadas com o presente Plano; e uma segunda com discriminação concreta dos riscos identificados nas principais áreas de risco.

O PGRCIC é reconhecido como um reforço adicional das medidas constantes do Sistema de Controlo Interno do CHNE, e especialmente dirigido para a identificação e prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas.

Complementarmente a este Plano, em cumprimento com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, têm sido tomadas medidas no sentido da promoção da segregação de funções, da existência de comissões especializadas, e do desenvolvimento sistemático de atividades de auditoria interna.

As medidas constantes do PGRCIC serão objeto de acompanhamento trimestral pela Comissão de Monitorização do PGRCIC, cujos elementos responsáveis pelas áreas de risco identificadas, em articulação com o Auditor Interno, tomarão as necessárias medidas para que o Plano seja paulatinamente melhorado e inclua as necessidades de atualização que entretanto sejam identificadas.

Anualmente é elaborado pela Comissão um Relatório de Execução do PGRCIC, a remeter ao Conselho de Administração, Conselho de Prevenção da Corrupção e à Tutela.

Os Planos e Relatório de Execução são publicitados na página da Intranet do CHNE.

## 2.12 Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesses

---

A prevenção de conflitos de interesse é um dos princípios de bom governo dirigidos às empresas públicas contemplados no Anexo da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março:

*“Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. (...) no início de cada mandato (...) tais devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, (...) relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras (...) susceptíveis de gerar conflitos de interesses.”*

Neste âmbito, os membros do CA declararam as participações sociais de que são titulares ou outras relações, que potencialmente entrassem em conflito com os interesses da instituição.

Fazem parte do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas medidas específicas que previnem situações de existência de interesses particulares que pudessem entrar em conflito com os interesses da instituição, para membros do Conselho de Administração ou outros Colaboradores.

## 2.13 Divulgação de Informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X	
Outras transacções			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		X		
Código de Ética	X			
Relatório e Contas		X		
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável



## Cumprimento das Orientações Legais

03



### 3.1 Cumprimento de orientações e objectivos de gestão

Convencionado no contrato programa para 2011 com a Tutela, estão uma série de indicadores de índole económico-financeira, assistencial, e de qualidade:

**O desempenho económico-financeiro**, é medido de acordo com as variações percentuais verificadas em 2011 tendo por base o período homólogo, das seguintes rubricas, conforme definido pela tutela:

- Custos Consumos: ..... 1,50%
- Custos FSE's: ..... 0,0%
- Custos com Pessoal : ..... -5%

As variações verificadas ( Janeiro a Junho ) foram as seguintes:

	Contrato programa	Jun 11/10
Consumos	1,50%	4,10%
FSE's	0,00%	7,54%
Custos c/ pessoal	-5,00%	-6,42%

**O desempenho assistencial**, medido através do nº de consultas externas, dos episódios de internamento, cirurgia de ambulatório, episódios de Urgência, sessões de Hospital de Dia, sessões de Diálise e interrupções Voluntárias da gravidez, relativas ao Serviço Nacional de saúde (que representa cerca de 92% do total da produção do Centro Hospitalar do Nordeste, EPE).

**O desempenho da qualidade e serviço**, medido através da taxa de reinternamento após 5 dias e do nº de profissionais envolvidos em acções de formação, apresenta um índice de cumprimento de 100%, em função do protocolado em contrato programa.



## 3.2 Gestão do Risco Financeiro

A gestão de risco financeiro não é aplicável ao CHNE, EPE já que, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro, não houve recurso a qualquer fonte de financiamento externo.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
<b>Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva</b>			x	
Diversificação de instrumentos de financiamento			x	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação de entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
<b>Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes</b>			x	
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais			x	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
<b>Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa</b>			x	
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	
<b>Inclusão nos R&amp;C</b>			x	
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

### 3.3 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril está relevado no quadro infra.

Código POCMS	DF = Dívidas a Fornecedores	Saldo das contas: 30-Set-10	Saldo das contas: 31-Dez-10	Saldo das contas: 31-Mar-11	Saldo das contas: 30-Jun-11
<b>Saldo das Contas:</b>					
22	Fornecedores	16.633.483	15.031.988	17.430.234	16.801.738
261	Fornecedores de Imobilizado	2.985.710	2.775.457	2.790.626	2.213.749
267	Consultores, assessores e intermediários	0	0	0	0
2685	Credores por reembolsos a utentes	0	0	0	0
2686	Credores p/acordos com convencionados	455.748	562.984	687.287	789.576
2687	Credores p/ honorários Clínicos	0	0	0	0
2688	Outros Credores diversos	4.019.995	4.212.894	4.681.651	5.245.237
2689	Outros Devedores e Credores Diversos	6.636.905	5.991.620	6.658.535	6.831.519
<b>252</b>	<b>Credores pela Execução do Orçamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
252102	Aquisição de Bens e Serviços	0	0		
252107	Aquisição de Bens de Capital	0	0		
2522202	Aquisição de Bens e Serviços	0	0		
2522207	Aquisição de Bens de Capital	0	0		
<b>Total 1</b>		<b>30.731.841</b>	<b>28.574.943</b>	<b>32.248.332</b>	<b>31.881.820</b>
26881	Instituições do Estado	1.739.546	1.777.709	2.005.838	2.337.738
<b>Total 2 DF = (dívidas a Fornecedores)</b>		<b>28.992.295</b>	<b>26.797.234</b>	<b>30.242.494</b>	<b>29.544.082</b>
Código POCMS	A = Aquisições	Saldo das contas: 30-Set-10	Saldo das contas: 31-Dez-10	Saldo das contas: 31-Mar-11	Saldo das contas: 30-Jun-11
<b>Valores Acumulados:</b>					
31	Compras (deduzidas das devoluções, descontos e abatimentos)	2.673.772	5.668.702	8.328.035	11.053.356
62	Fornecimentos e Serviços Externos	2.992.962	6.687.717	8.602.794	13.488.706
<b>Valores Acumulados para o ano (aquisições do próprio ano):</b>					
42	Imobilizações Corpóreas	185.546	941.289	1.093.001	1.291.856
442	Imobilizado em Curso de Imob. Corpóreo	16.200	327.345	346.853	433.506
445	Imob.em curso de bens de domínio público	0	0	0	0
45	Bens de Domínio Público	0	0	0	0
<b>Total 3</b>		<b>5.868.480</b>	<b>13.625.053</b>	<b>18.370.683</b>	<b>26.267.425</b>
62181	Saldo da conta Trabalhos Exec. no Exterior em entidades do MS	208.644	461.257	639.909	1.018.310
<b>Total 4 A = Aquisições</b>		<b>5.659.837</b>	<b>13.163.796</b>	<b>17.730.774</b>	<b>25.249.115</b>

Antiguidade da Dívida	DF = Dívidas a Fornecedores A = Aquisições	467	372	467	427
-----------------------	---	-----	-----	-----	-----

		2T 2011			
	Dívidas a Fornecedores	28.992.295	26.797.234	30.242.494	29.544.082
	Aquisições Trimestrais	5.659.837	7.503.960	4.566.978	7.518.341
PMP Ponderado - Publicação *	Média das Dívidas a Fornecedores Somatório das Aquisições Trimestrais	418			

A evolução do PMP é reveladora das fortes dificuldades de tesouraria que o CHNE, EPE tem vindo a demonstrar nos sucessivos R&C. As dificuldades de tesouraria resultantes do agravamento da forma de financiamento, conforme é referido detalhadamente neste relatório, determinaram de tal forma a nossa tesouraria que os fluxos financeiros gerados, no corrente exercício, não permitiram satisfazer os compromissos assumidos com os fornecedores.

### 3.4 Atraso nos Pagamentos

---

30-06-2011

Dívida nos termos do artigo 2.º do DL 65-A/2010					
	< 90 dias	]90; 120]	]120; 240]	]240; 360]	> 360 dias
Aquisições de bens e serviços	4.834.479,45 €	1.622.735,50 €	5.751.644,23 €	5.622.307,52 €	9.827.027,13 €
Aquisições de capital	246.421,96 €	236.765,01 €	736.197,27 €	117.548,85 €	931.622,21 €

### 3.5 Cumprimento dos deveres especiais de informação

---

Conforme previsto, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, o Centro Hospitalar do Nordeste, EPE reportou à Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspecção-Geral de Finanças (IGF) a seguinte informação:

- Plano de actividades anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental.

### 3.6 Cumprimento das recomendações do accionista

---

No que respeita às recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2010, foram tomadas as necessárias diligências à constituição de uma provisão para fazer face aos processos judiciais, em curso, interpostos contra o CHNE, bem como relativamente à implementação das medidas necessárias a solucionar as reservas apontadas pelo Fiscal Único.

## 3.7 Remunerações

### I. Dos Órgãos Sociais

	Dr. H. Capelas	Dr.A.ª Marçõa	Dr.ª Claudia Miranda	Dr.ª Isabel Barreira	Eng.º José Cardoso	Dr. Sampaio da Veiga	Enf. Conceição Vieira
	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
<b>1. Remuneração</b>							
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	22.314	19.404	19.404	19.404	19.404	15.170	19.404
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	1.116	970	970	970	970	323	970
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	2.120	1.810	1.810	1.810	1.810	1.449	1.810
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	19.078	16.624	16.624	16.624	16.624	13.398	16.624
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€) - Subsídios de Férias c/ Red. Lei 55-A/2010	3.218	2.831	2.831	2.831	2.831	0	2.831
<b>2. Outras regalias e compensações</b>							
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)							
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	1.890	541	519	477	527	330	151
2.3. Subsídio de deslocação (€)							
2.4. Subsídio de refeição (€)	838	938	534	534	534	354	534
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)- Despesas de Representação c/ Red. Lei 55-A/2010	7.029	5.250	5.250	5.250	5.250	5.281	5.250
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>							
3.1. Regime de Proteção Social (€)	1.213	1.011	2.595	2.297	2.297	2.051	2.477
3.2. Seguros de saúde (€)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
3.3. Seguros de vida (€)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)							
<b>4. Parque Automóvel</b>							
4.1. Marca	Opel	Opel	VW	Opel	Citroën	Opel	VW
4.2. Modelo	Insignia	Insignia	Golf	Insignia	C5	Insignia	Golf
4.3. Matrícula	50-IH-74	19-LD-90	16-JA-11	70-JP-20	17-ER-41	70-JP-21	50-JG-36
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	Renting	Renting	Alug. Temporário	Renting	Renting	Renting	Alug. Temporário
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	29.897	30.000	26.564	29.967	27.997	29.967	26.564
4.6. Ano Início	2009	2010	2010	2010	2007	2010	2010
4.7. Ano Termo	2012	2013	2011	2013	2011	2013	2011
4.8 N.º prestações (se aplicável)	6	6	6	6	6	6	6
4.9. Valor Residual (€)	--	--	--	--	--	--	--
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	5.049	4.385	3.857	3.824	4.086	3.824	3.857
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	3.884	3.920	1.177	2.035	2.979	3.035	754
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)							
4.13. Outros (Pneus / Alinhamento) (€)	1.216	482	--	25	777	240	--
4.13. Outros (Danos) (€)	--	--	155	--	250	--	--
<b>5. Informações Adicionais</b>							
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem (€) - Nos meses de Janeiro e Fevereiro						11.330	
5.3. Regime de Proteção social	Origem (CAFEB)	Origem (CAFEB)	Seg. Social	Seg. Social	Seg. Social	CGA (2 meses)	CGA
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
5.3.2. Outro (indicar)							
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
5.5. Outras (identificar detalhadamente)							

## II. Do Auditor Externo

Não aplicável.

## III. Dos Restantes Trabalhadores

Análise detalhada no ponto 4.3 deste relatório.



### 3.8 Normas de contratação pública

---

São cumpridas as normas de contratação pública, no que é aplicável ao CHNE, conforme descrito Cap. II.3.

### 3.9 Implementação das medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC)

---

O Conselho de Administração, em face do Despacho de orientação proferido pelos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 30 de Novembro de 2010, aprovou as medidas de redução da despesa que farão parte do Plano de Redução de Custos/Gastos Operacionais para o ano 2011.

Estas medidas, que na maioria foram já aplicadas no 2º semestre de 2010, permitiram reduzir a tendência de aumento de custos verificada no 1º semestre de 2010, tendo sido possível fechar o ano com o nível de custos registado (e que sofreram, mesmo assim, o impacte do programa adicional para combater a lista de espera cirúrgica de Ortopedia). Por outro lado, a aplicação nos primeiros meses de 2011, tem assegurado a redução de despesas nos custos Operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com Pessoal) em 2011, assegurando uma redução de pelo menos 5% nos Custos com Pessoal. Ressalva-se, no entanto, que alguns dos pressupostos adoptados para a obtenção de poupanças significativas de custos não se verificaram integralmente, nomeadamente a redução de custos de transporte de doentes, cuja aplicação foi suspensa por dificuldades de obtenção de informação sobre o rendimento daqueles.

### 3.10 Cumprimento dos limites máximos de endividamento definidos para 2010

---

Não aplicável, dado não existir qualquer endividamento bancário.

### 3.11 Cumprimento do Plano de Redução de Custos

---

O Conselho de Administração, em face do despacho de orientação proferido pelos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 30 de Novembro de 2010, aprovou as medidas de redução da despesa que farão parte do Plano de Redução de Custos/Gastos Operacionais para o ano de 2011.

### 3.12 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

---

O Centro Hospitalar do Nordeste, EPE em cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, em regra, mantém as suas disponibilidades, aplicações financeiras junto do IGCP, IP.

Sempre que esteja assegurado a prestação do serviço pela IGCP, IP, a movimentação de fundos públicos é realizada através de contas bancárias da tesouraria do Estado, através das quais o CHNE, EPE promove as respectivas operações de cobrança e pagamento e onde mantêm depositados as suas disponibilidades de tesouraria.



04

## Actividade Global em 2011

## 4.1 Indicadores de Actividade Global

### Actividade Internamento

DOENTES SAÍDOS	30-06-2010	30-06-2011	Var.
<b>Especial Cirúrgicas</b>	<b>4.214</b>	<b>3.893</b>	<b>-7,6%</b>
Cirurgia Geral	1.575	1.465	-7,0%
Estomatologia	12	8	-33,3%
Ginecologia/Obstet.	876	775	-11,5%
Oftalmologia	58	22	-62,1%
Ortopedia	1.149	1.083	-5,7%
Otorrino.	332	327	-1,5%
Urologia	212	213	0,5%
<b>Especial. Médicas</b>	<b>3.117</b>	<b>3.060</b>	<b>-1,8%</b>
Cardiologia	44	39	-11,4%
Medicina Interna	2.226	2.135	-4,1%
Nefrologia	31	40	29,0%
Neonatologia	56	60	7,1%
Neurologia	137	164	19,7%
Pediatria	424	442	4,2%
Pneumologia	8	9	12,5%
Psiquiatria	191	171	-10,5%
<b>U.D.C.</b>	<b>83</b>	<b>29</b>	<b>-65,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.414</b>	<b>6.982</b>	<b>-5,8%</b>

Verifica-se, no primeiro semestre de 2011, uma diminuição do nº de Doentes Saídos em relação ao período homólogo. A quebra de 7,6% nas especialidades cirúrgicas, justifica-se fruto do trabalho verificado no ano de 2010 para a redução das listas de espera, essencialmente nas especialidades de Ortopedia e Oftalmologia.

As especialidades médicas registaram uma ligeira quebra de 1,8%, abaixo dos 2,4% de diminuição de população residente verificado entre as duas datas.

Contribuindo também para a diminuição de 5,8 % no total de doentes saídos está a Unidade do Doente Crítico, que no ano de 2011 passou a cuidar de doentes em estado mais crítico do que o registado no ano de 2010, provocando uma diminuição do nº de doentes saídos e um aumento do nº de dias de internamento.

Em suma, poder-se-á dizer que apesar da diminuição do nº de doentes saídos nesta linha de actividade, a complexidade dos mesmos aumentou, tal como se pode comprovar através do seguinte quadro, que demonstra claramente a preocupação do CHNE em proporcionar aos seus utentes cuidados cada vez mais diferenciados.

TIPO DE GDH	30-06-2010	30-06-2011	Var.
GDH's Medicos	4.769	4.464	-6,4%
GDH's Cirúrgicos	2.133	2.128	-0,2%
<b>ICM Global</b>	<b>0,93</b>	<b>0,95</b>	<b>2,15%</b>

### Actividade Bloco Operatório

DOENTES INTERVENCIÓNADOS	30-06-2010				30-06-2011				Var.
	CONV.	URG.	AMB.	TOTAL	CONV.	URG.	AMB.	TOTAL	
Cirurgia Geral	408	222	88	718	369	230	272	871	21,3%
Estomatologia	10	0	0	10	4	0	8	12	20,0%
Gin./Obst.	175	180	1	356	148	169	34	351	-1,4%
Oftalmologia	24	1	919	944	9	0	448	457	-51,6%
Ortopedia	461	515	48	1.024	466	491	205	1.162	13,5%
Otorrino.	213	1	6	220	234	2	9	245	11,4%
Urologia	148	11	66	225	164	8	68	240	6,7%
<b>TOTAL</b>	<b>1.439</b>	<b>930</b>	<b>1.128</b>	<b>3.497</b>	<b>1.394</b>	<b>900</b>	<b>1.044</b>	<b>3.338</b>	<b>-4,5%</b>

A actividade verificada no bloco operatório vem em linha com o já dito anteriormente. O esforço efectuado em anos anteriores na correcção das listas de inscritos para cirurgia, essencialmente na especialidade de Oftalmologia iria provocar este efeito em anos posteriores. Quando se compara o ano de 2009 e 2010, verifica-se uma diminuição de cerca de 14% no nº de doentes intervencionados. Comparando Junho de 2010 e 2011 a diminuição é de 4,5 %, no entanto observa-se que com a excepção de oftalmologia, as restantes especialidades registaram um aumento no nº de doentes intervencionados.



## Bloco Partos

Em conformidade com a elevada taxa de crescimento natural negativo verificado na região, observa-se uma diminuição de 40 partos, 12,5 %, reforçando a preocupação com a desertificação das regiões do interior do país.

BLOCO PARTOS	30-06-2010	30-06-2011	Var.
Partos Eutócitos	143	131	-8,4%
Partos Distócitos	176	148	-15,9%
Cesarianas	144	120	-16,7%
Outros	32	28	-12,5%
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>279</b>	<b>-12,5%</b>

## Actividade Consultas Externas

NÚMERO DE CONSULTAS/ TIPO	30-06-2010			30-06-2011			Var.
	PRIMEIRAS	SUBS.	TOTAL	PRIMEIRAS	SUBS.	TOTAL	
<b>Consultas Médicas</b>	<b>20.563</b>	<b>36.876</b>	<b>57.439</b>	<b>21.341</b>	<b>35.541</b>	<b>56.882</b>	<b>-1,0%</b>
Anestesiologia	1.818	175	1.993	1.897	214	2.111	5,9%
Cardiologia	997	1.519	2.516	638	1.060	1.698	-32,5%
Cirurgia Geral	2.221	4.139	6.360	2.801	3.917	6.718	5,6%
Estomatologia	294	883	1.177	292	882	1.174	-0,3%
Gastroenterologia	2.095	29	2.124	1.374	78	1.452	-31,6%
Gin./Obst.	1.584	3.551	5.135	1893	3486	5.379	4,8%
Medicina Física e Reab.	615	556	1.171	550	642	1.192	1,8%
Medicina Interna	1.529	4.559	6.088	1.465	4.624	6.089	0,0%
Nefrologia	119	595	714	69	320	389	-45,5%
Neurologia	606	3.244	3.850	718	3.617	4.335	12,6%
Oftalmologia	3.032	3.767	6.799	3.269	2.353	5.622	-17,3%
Oncologia	55	342	397	52	434	486	22,4%
Ortopedia	2.414	3.657	6.071	2.998	3.814	6.812	12,2%
Ortorrino.	1.542	1.809	3.351	1.428	1.776	3.204	-4,4%
Pediatria	415	1.943	2.358	596	1.896	2.492	5,7%
Pneumologia	151	693	844	144	740	884	4,7%
Psiquiatria	379	3.275	3.654	389	3.393	3.782	3,5%
Urologia	697	2.140	2.837	768	2.295	3.063	8,0%
<b>Consultas não Médicas</b>	<b>465</b>	<b>1205</b>	<b>1.670</b>	<b>472</b>	<b>1317</b>	<b>1.789</b>	<b>7,1%</b>
Nutricionismo	233	725	958	218	711	929	-3,0%
Psicologia Clínica	232	480	712	254	606	860	20,8%
<b>Outras</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>95</b>	<b>0</b>	<b>95</b>	<b>1087,5%</b>
Medicina Trabalho	2	6	8	95	0	95	1087,5%
<b>TOTAL</b>	<b>21.030</b>	<b>38.087</b>	<b>59.117</b>	<b>21.908</b>	<b>36.858</b>	<b>58.766</b>	<b>-0,6%</b>

A produção nesta linha de actividade não sofreu grandes oscilações quando comparado com o período homólogo. No entanto, ao isolar-se a especialidade de Oftalmologia, pelas razões descritas acima, o restante nº de consultas aumentou quando comparado com o período anterior. É ainda de salientar que, no ano 2011, tal como no período anterior, o CHNE apresenta uma taxa de primeiras consultas superior a 35%, sendo neste indicador uma referência a nível nacional.

### Actividade Urgência

---

A actividade da Urgência no CHNE, durante o período em análise, teve um acréscimo de 3,2%, o correspondente a 549 episódios.

A análise da variação do número de episódios de urgência é sempre delicada, pois por definição a ocorrência dos mesmos é totalmente aleatória.



## Tratamentos Hospital de Dia

NÚMERO DE SESSÕES	30-06-2010	30-06-2011	Var.
Imunohemoterapia	559	595	6,4%
Nefrologia	4.279	4.453	4,1%
Oncologia	86	152	76,7%
Pediatria	561	564	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.485</b>	<b>5.764</b>	<b>5,1%</b>

A actividade de Hospital de Dia registou uma variação positiva em todas as especialidades, apresentando um saldo global de mais cerca de 279 sessões realizadas em 2011.

## Outras Produções

No que diz respeito aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, verificou-se em 2011 um aumento significativo do número de análises clínicas e de exames de imagiologia. O incremento de sessões de fisioterapia é fruto da admissão de mais um profissional médico desta valência, embora a mesma tenha ocorrido já no último quadrimestre do ano de 2010.

OUTRAS PRODUÇÕES	30-06-2010	30-06-2011	Var.
Dias Int. Psiqu. Crón.	5.957	6.480	8,8%
Sess. Fisioterapia	70.451	78.574	11,5%
Análises Clínicas	554.433	582.772	5,1%
Imagiologia	66.406	69.208	4,2%
<b>TOTAL</b>	<b>691.290</b>	<b>730.554</b>	<b>5,7%</b>

## 4.2 Indicadores Económico-Financeiros

A situação económica e financeira do Centro Hospitalar do Nordeste, no 1.º Semestre de 2011, apresenta uma evolução em termos de custos, resultante da concretização dos objectivos e do planeamento estratégico idealizado pelo Conselho de Administração, conforme explicitado no decurso do presente relatório. Quanto aos proveitos, não acompanham obviamente nem os objectivos, nem o planeado estrategicamente, colocando em risco a sustentabilidade do CHNE.

Para uma melhor percepção da evolução dos principais indicadores e da *performance* económico-financeira do Hospital verificados no 1.º Semestre de 2011, procede-se neste ponto a uma comparação com o período homólogo, já que no exercício económico anterior os custos e proveitos reportam-se a 12 meses. A análise efectuada será consolidada com a apresentação dos principais factores que influenciaram de forma decisiva os resultados obtidos.

### IV. Análise dos Custos

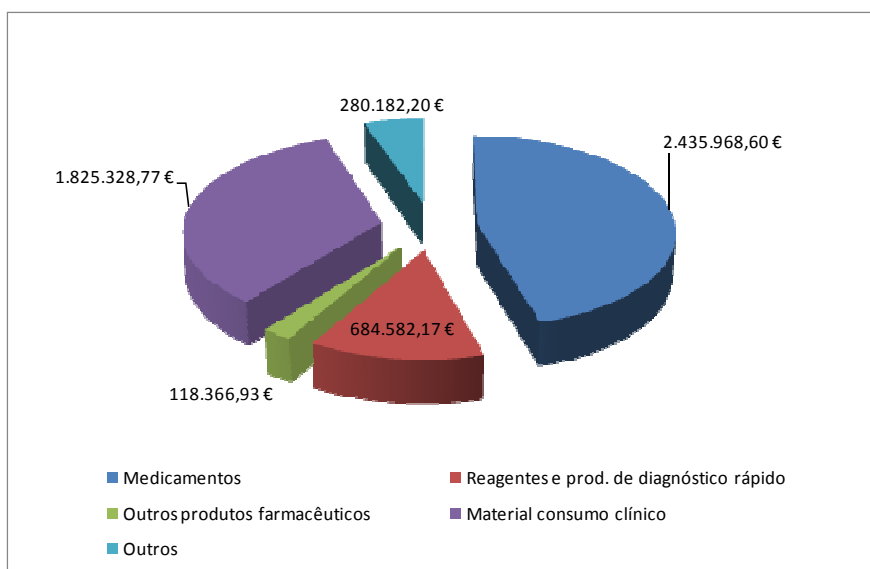
No cômputo geral, os custos totais registaram um decréscimo de 0,25% no período do 1º semestre de 2011, comparativamente ao ano anterior, resultante dos factores que a seguir se apresentam.

#### Custo das Mercadorias e Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas, no montante de 5,344 milhões de euros, apresenta um acréscimo de 4,1% (quadro infra), em virtude dos acréscimos dos reagentes e produtos de diagnóstico rápido (17,9%), dos outros produtos farmacêuticos (7,2%), do material de consumo clínico (4,9%) e outras matérias de consumo (8,2%).

CUSTOS MERC. VEND, E MAT. CONSUMIDAS	Jun-10	Jun-11	Varição 10/11
Medicamentos	2.445.787,53 €	2.435.968,60 €	-0,4%
Reagentes e prod. de diagnóstico rápido	580.728,70 €	684.582,17 €	17,9%
Outros produtos farmacêuticos	110.405,43 €	118.366,93 €	7,2%
Material consumo clínico	1.740.494,32 €	1.825.328,77 €	4,9%
Outros	258.975,16 €	280.182,20 €	8,2%
<b>TOTAL</b>	<b>5.136.391,14 €</b>	<b>5.344.428,67 €</b>	<b>4,1%</b>

O gráfico infra apresenta a estrutura de custos das matérias consumidas, sendo os produtos farmacêuticos os que assumem um maior peso, de sensivelmente 3,2 milhões de euros, correspondendo a quase 60,6% do total, seguido do material de consumo clínico com 1,8 milhões de euros com 34,2% no peso de distribuição.



### Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica fornecimentos e serviços externos sofreu um acréscimo de custos na ordem dos 7,54%, aproximadamente 477 mil euros. Esse aumento resultou essencialmente do acréscimo dos fornecimentos e serviços II em 26,6% e do aumento de 640,1% em outros fornecimentos e serviços.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Jun-10	Jun-11	Variação 10/11
Subcontratos	1.768.120,19 €	1.814.658,65 €	2,6%
Fornecimentos e Serviços I	792.832,15 €	822.699,35 €	3,8%
Fornecimentos e Serviços II	495.856,57 €	627.828,77 €	26,6%
Fornecimentos e Serviços III	3.238.775,08 €	3.326.152,85 €	2,7%
Outros fornecimentos e serviços	28.328,90 €	209.649,95 €	640,1%
<b>TOTAL</b>	<b>6.323.912,89 €</b>	<b>6.800.989,57 €</b>	<b>7,54%</b>

Na rubrica Subcontratos, verificou-se um acréscimo de 2,6% (46 mil euros) que se deveu ao incremento da actividade na Unidade de Cuidados Intermédios (que tem funcionado praticamente como uma unidade de cuidados intensivos). Esta situação não se reflectiu directamente num aumento de actividade, pois existe um menor número de doentes saídos (antes os utentes eram encaminhados para outras entidades hospitalares), porque a assistência passou a ser prestada no CHNE, sendo muitas vezes transferidos para o serviço de internamento, levando a maiores encargos operacionais. Relativamente ao acréscimo verificado na subrubrica FSE's I de 29 mil euros, é resultado do aumento do consumo de energia eléctrica, no montante de 41 mil euros e dos custos suportados com outros fluidos, no montante de 32 mil euros (16,6%). No sentido inverso, salienta-se a diminuição do consumo de água em 38 mil euros (25,48%) e dos custos com rendas, alugueres e locação de material informático em 10 mil euros.

Quanto à rubrica FSE's II, esse aumento atingiu os 131 mil euros (26,61%) fortemente influenciado pelo acréscimo substancial dos custos com honorários, no montante de 110 mil euros.

Quanto à rubrica FSE's III, esse aumento atingiu os 87 mil euros (2,7%), fortemente influenciada pelos custos com conservação e reparação de 87 mil euros (27,35%).

Por fim, à subrubrica outros fornecimentos e serviços contribuiu para o acréscimo dos FSE's no montante de 181 mil euros (640%).

Na rubrica Subcontratos, o aumento de 15,4% de Meios Complementares de Diagnóstico resulta essencialmente do aumento dos custos com a Patologia Clínica, no montante de 89 mil euros e a diminuição de 32,9% na subrubrica Internamento e Transportes de doentes que se deve exclusivamente ao decréscimo dos custos com transportes de doentes na ordem dos 191 mil euros.

SUBCONTRATOS	Jun-10	Jun-11	Varição 10/11
Meios complementares diagnóstico	803.642,59 €	927.153,64 €	15,4%
Meios complementares de terapêutica	381.556,11 €	342.020,90 €	-10,4%
Internamento e Transportes de doentes	582.921,49 €	391.406,48 €	-32,9%
Assistência no estrangeiro	- €	- €	
Outros	- €	154.077,63 €	
<b>TOTAL</b>	<b>1.768.120,19 €</b>	<b>1.814.658,65 €</b>	<b>2,6%</b>

## Custos com Pessoal

As despesas com pessoal, representando cerca de 54,12% dos custos totais, e aproximadamente 55,15% dos custos operacionais, sofreram um decréscimo de custos, face ao período homólogo, de 6,42% (1,2 milhões de euros).

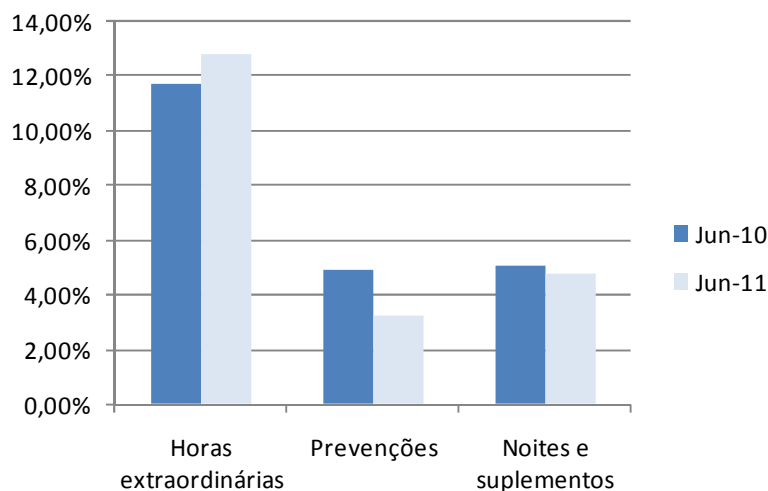
CUSTOS COM PESSOAL	Jun-10	Jun-11	Variação 10/11
Remunerações	9.479.687,53 €	9.012.432,11 €	-4,9%
Suplementos de remunerações	4.914.561,66 €	4.296.394,56 €	-12,6%
Subsídio de férias e natal	988.390,52 €	969.793,99 €	-1,9%
Encargos sobre remunerações	2.049.865,99 €	2.212.231,72 €	7,9%
Outros	707.981,34 €	484.628,67 €	-31,5%
<b>TOTAL</b>	<b>18.140.487,04 €</b>	<b>16.975.481,05 €</b>	<b>-6,42%</b>

Da análise do quadro realça-se como significativo o decréscimo de 4,9% nas remunerações.

Ao nível de Suplementos de remunerações destacam-se as poupanças nas sub-rubricas Noites e Suplementos (104 mil euros) e em Prevenções (342 mil euros). Estas diminuições resultam em grande parte da implementação do Plano de Contenção de Despesa no primeiro semestre de 2011.

CUSTOS COM PESSOAL	Jun-10	Jun-11	Variação 10/11
Horas extraordinárias	2.128.548,78 €	2.177.678,58 €	2,3%
Prevenções	890.980,65 €	548.209,36 €	-38,5%
Noites e suplementos	917.404,57 €	812.612,93 €	-11,4%
<b>TOTAL</b>	<b>3.936.934,00 €</b>	<b>3.538.500,87 €</b>	<b>-10,12%</b>

### Evolução do peso do Trabalho Extraordinário



### Amortizações do Exercício

O aumento de 3,6 % verificado nesta rubrica deve-se ao facto de algumas obras que estavam em curso terem sido finalizadas durante o 2.º semestre de 2010, contribuindo para um aumento de 10,1% nas amortizações com edifícios e outras construções no 1.º semestre de 2011. De realçar também o aumento das amortizações com equipamento informático, fruto da necessidade de investimento em novos equipamentos.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	Jun-10	Jun-11	Varição 09/10
<b>Imobilizações corpóreas</b>	<b>1.416.420,20 €</b>	<b>1.467.050,85 €</b>	<b>3,6%</b>
Edifícios e outras construções	368.723,14 €	405.870,36 €	10,1%
Equipamento básico	681.591,77 €	674.121,36 €	-1,1%
Equipamento de transporte	116,46 €	116,46 €	0,0%
Ferramentas e utensílios	2.191,52 €	2.281,25 €	4,1%
Equipamento administrativo	45.206,94 €	44.401,90 €	-1,8%
Equipamento informático	285.820,27 €	301.117,98 €	5,4%
Taras e vasilhames	- €	- €	
Outras imobilizações corpóreas	32.770,10 €	39.141,54 €	19,4%
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	
Despesas de instalação	- €	- €	
Despesas de invest. e desenv.	- €	- €	
<b>TOTAL</b>	<b>1.416.420,20 €</b>	<b>1.467.050,85 €</b>	<b>3,6%</b>



## V. Análise dos Proveitos

### Prestação de Serviços

No exercício de 2011, as receitas do Centro Hospitalar, advindas da prestação de serviços, foram de cerca de 23,187 milhões de euros, sendo maioritariamente referentes ao Serviço Nacional de Saúde (94%). Os Subsistemas representam assim apenas 5,76%. Por sua vez, as taxas moderadoras contribuem com uns escassos 1,7% do total, revelando bem as características da população, onde existe uma percentagem elevada de utentes isentos.

No que respeita à facturação por linhas de produção, 48,5% de receita tem origem nos doentes tratados no Internamento, 11,6% na Urgência, 17,2% em Consulta Externa, 0,87% em Hospital de Dia e as Cirurgias de Ambulatório representam 6,16%.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	SNS	% Produção	% Prov. SNS	Subsistemas/Otros	% Produção	% Prov. Não SNS	Total	% Proveitos
Internamento	10.639.983,68	94,61%	48,69%	606.446,00	5,39%	45,42%	11.246.429,68	48,50%
Consulta	3.977.252,16	99,69%	18,20%	12.260,00	0,31%	0,92%	3.989.512,16	17,21%
Urgência	2.519.058,84	93,64%	11,53%	171.020,97	6,36%	12,81%	2.690.079,81	11,60%
Hospital de dia	201.414,46	100,00%	0,92%		0,00%	0,00%	201.414,46	0,87%
Cirurgias ambulatoriais	1.427.684,11	100,00%	6,53%		0,00%	0,00%	1.427.684,11	6,16%
<b>Sub-total</b>	<b>18.765.393,25</b>	<b>95,96%</b>	<b>85,88%</b>	<b>789.726,97</b>	<b>4,04%</b>	<b>59,15%</b>	<b>19.555.120,22</b>	<b>84,34%</b>
Meios complementares de diagnóstico	15.424,20	2,89%	0,07%	517.800,42	97,11%	38,78%	533.224,62	2,30%
Meios complementares de terapêutica	802.914,75	96,68%	3,67%	27.581,38	3,32%	2,07%	830.496,13	3,58%
Taxas moderadoras	393.098,67	100,00%	1,80%		0,00%	0,00%	393.098,67	1,70%
Fator de convergência	1.875.125,60	100,00%	8,58%		0,00%	0,00%	1.875.125,60	8,09%
<b>Sub-total</b>	<b>3.086.563,22</b>	<b>84,98%</b>	<b>14,12%</b>	<b>545.381,80</b>	<b>15,02%</b>	<b>40,85%</b>	<b>3.631.945,02</b>	<b>15,66%</b>
<b>Sub-total</b>	<b>21.851.956,47</b>	<b>94,24%</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.335.108,77</b>	<b>5,76%</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.187.065,24</b>	<b>100,00%</b>

Como se pode constatar no quadro abaixo, quanto à origem da receita por linha de produção verificou-se um aumento da facturação em Internamento (23,48%), Consultas Externas (6,93%), Urgências (-3,01%), e Cirurgia de Ambulatório (38,63%), em Junho de 2011. Em contrapartida registou-se uma diminuição na linhas de produção Hospital de Dia (3,36%). Ao nível do Internamento, o incremento da actividade da Unidade de Cuidados Intermédios ajuda a explicar parte do aumento verificado.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	SNS	Subsistemas/Outros	Total
	2010/11	2010/11	2010/11
<b>Internamento</b>	39,62%	-86,02%	23,48%
<b>Consulta</b>	14,68%	-93,39%	6,93%
<b>Urgência</b>	23,01%	-77,63%	3,01%
<b>Hospital de dia</b>	3,35%	-93,28%	-3,36%
<b>Cirurgias ambulatorio</b>	38,63%	-100,00%	38,63%
Sub-total	30,67%	-87,60%	17,18%
<b>Meios complementares de diagnóstico</b>	#DIV/0!	3417,53%	-1,72%
<b>Meios complementares de terapêutica</b>	#DIV/0!	-90,57%	996,54%
<b>Taxas moderadoras</b>	29,66%	-100,00%	29,66%
<b>Fator de convergência</b>	-35,60%	-100,00%	-35,60%
Sub-total	-3,99%	-77,19%	-7,32%
Sub-total	24,33%	-86,13%	12,52%

Uma vez que o Serviço Nacional de Saúde representa quota-parte primordial da prestação de serviços em 2010 e 2009, é importante analisar as receitas provenientes desse subsistema.

Da análise do quadro infra permite compreender que todas as linhas de produção, à excepção do Serviço Domiciliário (não foi contratualizado em 2010 e 2011).

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SNS ( Jun. 2010/2011 )	Jun-10	%	Jun-11	%2	Variação	
					Valor	%
Internamento	7.620.590 €	83,67%	10.639.984 €	94,61%	3.019.394 €	39,62%
Consulta	3.467.996 €	92,95%	3.977.252 €	99,69%	509.256 €	14,68%
Urgência	2.047.868 €	78,42%	2.519.059 €	93,64%	471.191 €	23,01%
Hospital de dia	194.879 €	93,51%	201.414 €	100,00%	6.536 €	3,35%
Cirurgias ambulatorio	1.029.818 €	100,00%	1.427.684 €	100,00%	397.866 €	38,63%
Meios complementares de diagnóstico		0,00%	15.424 €	2,89%	15.424 €	#DIV/0!
Meios complementares de terapêutica		0,00%	802.915 €	96,68%	802.915 €	#DIV/0!
Taxas moderadoras	303.174 €	100,00%	393.099 €	100,00%	89.925 €	29,66%
<b>Sub-total</b>	<b>14.664.324 €</b>	<b>82,87%</b>	<b>19.976.831 €</b>	<b>93,74%</b>	<b>5.312.507 €</b>	
Fator de convergência	2.911.652 €	100,00%	1.875.126 €	100,00%	-1.036.526 €	-35,60%
<b>Total</b>	<b>17.879.149 €</b>	<b>86,76%</b>	<b>23.063.394 €</b>	<b>99,47%</b>	<b>5.184.245 €</b>	<b>29,00%</b>

## Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

O quadro seguinte apresenta os proveitos advindos da transferência de subsídios à exploração, que em 2010 (Jun) representavam 17,89%, e em 2011 (Jun) passaram a representar 2,53% do total dos proveitos operacionais.

Transferência e subsídios correntes obtidos	Jun-10	Jun-11	Var.10/11
<b>Transferências correntes obtidas</b>	528.709,28	621.976,95	17,64%
<b>Da ACSS</b>	505.541,47	613.453,33	21,34%
<b>Do Piddac</b>	6.046,90		-100,00%
<b>Da União Europeia</b>	17.118,21	8.523,62	-50,21%
<b>Outras</b>	0,00		
<b>Outras transferências correntes obtidas</b>	18.000,00		-100,00%
<b>TOTAL</b>	546.709,28	621.976,95	13,77%

Nota: O valor indicado em Junho 2010 relativo a transferência obtida da ACSS foi objeto de acerto na estimativa a regularizar no decorrer do 2º semestre do ano.

O valor das transferências da ACSS relaciona-se com os subsídios atribuídos à cedência de medicamentos em ambulatório, à formação de médicos internos e pelo internamento de doentes crónicos de psiquiatria em instituições exteriores.

## VI. Análise dos Resultados

PROVEITOS	Jun-10	Jun-11	Var.10/11
<b>Proveitos operacionais</b>	25.681.501,28	24.274.607,76	-1.406.893,52
<b>Proveitos financeiros</b>	77.338,55	110.473,89	33.135,34
<b>Proveitos extraordinários</b>	1.330.391,57	706.603,15	-623.788,42
<b>TOTAL</b>	<b>27.089.231,40</b>	<b>25.091.684,80</b>	<b>-1.997.546,60</b>

Os proveitos em Junho de 2011 ascenderam a 25,09 milhões de euros, conforme verificado no quadro supra, representando um decréscimo de 7,37% face ao exercício económico anterior. De realçar que, a diminuição dos proveitos operacionais deve-se essencialmente, à incorporação da facturação dos Subsistemas Públicos no Contrato-Programa, ao contrário do que acontecia anteriormente, onde esta era facturação era feita ao abrigo da Portaria 839-A/2009 de 31 de Julho. Esta alteração provocou quebras nas receitas, verificado por exemplo nos Meios Complementares de Diagnóstico, que diminuíram quase um milhão de euros face a 2009. A diminuição do valor de convergência em 1,036 milhões de euros também ajuda a explicar a quebra nos proveitos operacionais. Por seu lado, os proveitos extraordinários, tiveram um decréscimo de sensivelmente 623 mil euros (46,89%).

Os custos totais no 1º semestre de 2011 atingiram aproximadamente 31,36 milhões de euros, representando um decréscimo de 77,57 mil euros (-0,25%) face a igual período do ano anterior. Este decréscimo resulta essencialmente da diminuição dos Custos Operacionais em 1%. Destacando-se a rubrica de despesas com o pessoal que contribuiu com uma redução de 6,43%.

CUSTOS	Jun-10	Jun-11	Var. 10/11
<b>Custos operacionais</b>	31.088.876,61	30.778.556,70	-310.319,91
<b>Custos financeiros</b>	601,43	183.795,77	183.194,34
<b>Custos extraordinários</b>	352.058,68	401.613,64	49.554,96
<b>TOTAL</b>	<b>31.441.536,72</b>	<b>31.363.966,11</b>	<b>-77.570,61</b>

Decorrente do exposto, o Resultado Líquido apresentado para o 1º semestre de 2011 agravou-se em 1,920 milhões de euros, face ao período homólogo do ano anterior, conforme quadro infra:

RESULTADOS	Jun-10	Jun-11	Var.10/11
<b>Resultados operacionais</b>	-5.407.375,33	-6.503.948,94	-1.096.573,61
<b>Resultados financeiros</b>	76.737,12	-73.321,88	-150.059,00
<b>Resultados extraordinários</b>	978.332,89	304.989,51	-673.343,38
<b>TOTAL</b>	-4.352.305,32	-6.310.198,16	-1.919.975,99

Em conclusão, relevando-se uma diminuição de 1%, resultados das acções de controlo e em linha com o que tem vindo a acontecer desde a unificação das três Unidades Hospitalares. Os Resultados Operacionais pioraram face a 2010, pelas razões já evidenciadas anteriormente, a diminuição do valor de convergência e incorporação dos Subsistemas Públicos no Contrato-Programa. A diminuição dos Resultados Extraordinários deve-se essencialmente ao facto de não terem sido regularizadas no período homólogo de 2010 as transferências da ACSS do fornecimento de medicamentos de cedência obrigatória. Os Resultados Financeiros também apresentaram uma evolução negativa fruto do aumento dos encargos com o empréstimo obtido junto do FASP e devido à emissão de notas de débito de juros de mora por parte dos Fornecedores, fruto das dificuldades de tesouraria que CHNE tem evidenciado nos últimos anos e que pode ser facilmente comprovado pelo aumento do Prazo Médio de Pagamentos.

## VII. Outros Indicadores Económico-Financeiros

Apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros, por forma permitir caracterizar a actual situação económico-financeira:

Indicadores económicos e Financeiros	2010	Jun-11
<b>1 Estrutura do Activo</b>		
Activo Circulante /Activo Líquido	74,5%	69,0%
Existências/Activo Líquido	1,2%	1,6%
Imobilizado/Activo Líquido	25,5%	31,0%
<b>2 Estrutura Financeira</b>		
Autonomia Financeira	3,5%	-2,6%
Estrutura de Capitais MLP (Cap. Próp./Cap. Perm.)	100,0%	100,0%
Capitais Permanentes/Activo Total	3,5%	-2,6%
Solvabilidade	3,6%	-2,5%
Endividamento	86,6%	92%
<b>3 Equilíbrio Financeiro</b>		
<b>Curto prazo</b>		
Fundo de Maneio	-24.340.693,84 €	-29.446.517,50 €
Liquidez Geral	0,86	0,75
Liquidez Reduzida	0,8	0,73
Liquidez Imediata	0,03	0,04
<b>Médio-Longo Prazo</b>		
Fundo de Maneio Bruto	74,5%	67,0%
Financiamento Próprio das Imob. (Cap.Perm./Imob. Líq.)	13,9%	-8,3%
Independência financeira	3,6%	-2,5%
<b>4 Atividade</b>		
Prazo Médio de Recebimentos (Dias)	407	460
Prazo Médio de Pagamentos (Dias)	403	863
Stocks de materiais (Dias de consumo )	46	40
Fundo em caixa e/ou depósitos à ordem (dias)	18	24
EBITDA	-2.929.869,00 € (a)	-4.526.482,00 €
Cash-Flow (€)	-3.914.218,00 € (a)	-5.059.454,00 €
VABcf	9.585.240,00 € (a)	11.507.211,00 €
VABcf per capita	8.558,25 € (a)	10.274,30 €
<b>5 Rentabilidade</b>		
Resultados Líquidos	-4.352.305,00 € (a)	-6.310.198,16 €
Cash-Flow/Activo	-10,4%	5,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-388,2%	2,8%
Rentabilidade Operacional	-14,4%	-26,8%

(a) Valores obtidos da Dem. Resultados a 30 Junho 2010. Os restantes valores referem-se ao período anual.

(b) \* Cálculo através da fórmula definida pela Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008 de 22 de Fevereiro DR 1ª Série.

### Breve análise dos indicadores:

Por força dos resultados negativos (pelas razões já expostas), os indicadores de rentabilidade são necessariamente afectados.

O equilíbrio financeiro do CHNE tem vindo a deteriorar-se. Verifica-se que o Fundo de Maneio, devido aos resultados negativos apresentados nos últimos dois anos manteve a tendência decrescente, apresentando, em Junho de 2011, um valor negativo de 20 milhões de euros. O indicador de liquidez geral diminuiu o seu valor apresentando um valor inferior a 1.

Saliente-se o nível bastante reduzido do rácio da autonomia financeira (-2,6%) e da solvabilidade (-2,5%)

O Prazo Médio de Pagamento - PMP (863 dias) - aumentou consideravelmente face a 2010, resultado da impossibilidade do CHNE efectuar pagamentos regulares a fornecedores no decurso do ano, pois a disponibilidade financeira existente não o permitiu, sob pena de pôr em risco o pagamento de despesas correntes, nomeadamente gastos com pessoal. Este facto apenas foi minimizado com o recurso, no 4º trimestre de 2010, a um empréstimo do Fundo de Apoio criado pelo Ministério da Saúde para pagamento das dívidas a fornecedores, e com resgate do Fundo que o CHNE possuía no FASP, foram realizados alguns pagamentos a fornecedores. É ainda factor negativo, o facto do duodécimo recebido do ACSS representar em média apenas cerca de 88% do total que seria previsto receber do SNS a dividir por doze, o que não permite liquidar mais do que as despesas correntes mais prioritárias para o funcionamento do CHNE. Este facto é sobretudo relevante nos meses de Junho, por representarem despesas acrescidas ao nível da rubrica mais significativa de custos, como é o caso das Remunerações do pessoal, sem que se verifique qualquer reflexo deste facto no duodécimo que, como se referiu, é já *per si* deficitário.

O equilíbrio financeiro de médio-longo prazo, devido ao decréscimo dos Capitais Próprios, sofreu uma deterioração nos seus valores quer ao nível da capacidade de financiamento do Imobilizado pelos Capitais Próprios, quer da Independência Financeira.

O indicador solvabilidade apresentou um decréscimo acentuado face ao período homólogo de 2010, situando-se agora nos -2,5%, em virtude dos factos referidos anteriormente - o decréscimo dos Capitais Próprios que em 2011, à data de Junho, apresenta valor negativo.

A manter esta evolução ao nível de resultados, como de resto está previsto no Contrato-Programa de 2011, sem que haja um reforço dos Capitais Próprios, haverá um risco elevado de não se conseguir manter a capacidade financeira e operacional.

### 4.3 Indicadores de Recursos Humanos

No decurso do ano de 2011 o Centro Hospitalar teve ao seu serviço um efectivo médio de 1.247 colaboradores (no qual se incluem contratados a termo e programas ocupacionais para trabalhadores subsidiados, colocados pelo IEFP), distribuídos conforme quadro infra:

CATEGORIA	Nº de colaboradores com vínculo				Nº de colaboradores s/vínculo		Total
	F. Pública	CAP	CIT		Prestação de serviços	Outros	
			Termo Certo	Sem Termo			
Órgãos Directivos	3					6	9
Pessoal Médico	68	42		25	21		156
Técnico Sup. Saúde	3		1	7			11
Outro Pessoal Téc. Sup.	9		2	25	4		40
Técnico Diag. Terap.	56		12	17			85
Pessoal Enfermagem	335		40	68			443
Pessoal Informática	9			2			11
Pessoal Administrativo	105		13	26			144
Pessoal Auxiliar e Operário	171		65	107	1		344
Outros					4		4
TOTAL	759	42	133	277	30	6	1.247

A análise do quadro acima evidencia um forte peso dos grupos de Pessoal de Enfermagem e Assistentes Operacionais (respectivamente 35,53% e 27,59%) que representam mais de 63 % dos colaboradores do CHNE.

No que respeita à distribuição de colaboradores por Escalão Etário, o quadro anexo reflecte a evolução durante o período 2010/2011.

COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO	Jun-10		Jun-11	
	Nº	%	Nº	%
Dos 18 aos 34 anos	337	26,0%	298	23,9%
Dos 35 aos 44 anos	329	25,3%	332	26,6%
Dos 45 aos 55 anos	420	32,4%	414	33,2%
55 anos ou mais	212	16,3%	203	16,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1298</b>	<b>100,0%</b>	<b>1247</b>	<b>100,0%</b>

Pela análise do quadro, é possível constatar uma distribuição equilibrada no número de colaboradores até aos 44 anos.



Em termos de distribuição dos colaboradores, por Categoria Profissional e escalão etário, o quadro seguinte retrata a situação verificada em 2011:

COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO E CATEGORIA	18-34		35-44		45-54		55 e mais		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dirigente	1	11,1%	1	11,1%	5	55,6%	2	22,2%	9	100,0%
Médico	38	24,4%	28	17,9%	56	35,9%	34	21,8%	156	100,0%
Técnico Superior de Saúde	4	36,4%	5	45,5%		0,0%	2	18,2%	11	100,0%
Técnico Superior	20	50,0%	5	12,5%	11	27,5%	4	10,0%	40	100,0%
Informático		0,0%	6	54,5%	4	36,4%	1	9,1%	11	100,0%
Docente/Investigação	1	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Enfermagem	116	26,2%	131	29,6%	153	34,5%	43	9,7%	443	100,0%
Técnico Diag. e Terap.	33	38,8%	31	36,5%	10	11,8%	11	12,9%	85	100,0%
Religioso	1	33,3%		0,0%	2	66,7%		0,0%	3	100,0%
Administrativo	24	16,7%	38	26,4%	51	35,4%	31	21,5%	144	100,0%
Auxiliar	60	17,4%	87	25,3%	122	35,5%	75	21,8%	344	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>298</b>	<b>23,9%</b>	<b>332</b>	<b>26,6%</b>	<b>414</b>	<b>33,2%</b>	<b>203</b>	<b>16,3%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

A partir deste quadro de distribuição etária podem extrair-se as seguintes conclusões essenciais:

- Na classe Médica, quase 60% da população apresenta idade superior a 45 anos, situação com contornos preocupantes, dadas as limitações existentes na sua contratação, face à escassez da oferta no mercado e interioridade;
- Na Enfermagem, verifica-se o oposto, ou seja, cerca de 56% dos colaboradores tem menos de 45 anos, reflexo da aposta no recrutamento de jovens recém-licenciados, cuja oferta é significativa;
- Nos Serviços Gerais, é notório o envelhecimento dos colaboradores, com uma elevada percentagem (57%) de colaboradores com mais de 45 anos;
- Por último, no cômputo geral/efectivo total, cerca de 50% dos colaboradores possuem mais de 45 anos.

Procedendo à desagregação do número de colaboradores, por Tipo de Vínculo, apresenta-se o quadro seguinte, ainda relativo ao período em análise:

COLABORADORES POR TIPO DE VÍNCULO	Jun-10		Jun-11	
	Nº	%	Nº	%
Nomeação - Função Pública	823	63,4%	756	60,6%
Contrato Administrativo de Provimento	36	2,8%	42	3,4%
Contrato Individual de Trabalho com Termo	207	15,9%	134	10,7%
Contrato Individual de Trabalho sem Termo	203	15,6%	277	22,2%
Prestação de Serviços	22	1,7%	30	2,4%
Outras Situações	7	0,5%	8	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>1.298</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>
<b>Síntese</b>				
Efectivos	1.026	79,0%	1.033	82,8%
A Termo	243	18,7%	176	14,1%
Outros	29	2,2%	38	3,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.298</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

O que nos permite constatar:

- O elevado peso de funcionários públicos, embora se verifique uma tendência de diminuição progressiva, resultado da saída gradual por aposentação de alguns colaboradores. Note-se que, apesar do aumento do nº total de colaboradores, foi esta categoria que mais viu reduzidos os seus efectivos.
- Em sentido oposto, com a Empresarialização dos Hospitais, aumentaram os Contratos Individuais de Trabalho, representando já mais de 32 % do total, sendo que dados acima expostos reflectem esta tendência.

No que concerne à Antiguidade dos Colaboradores verifica-se que a maioria (77,5 %) desempenha funções há menos de 15 anos, conforme quadro infra:

COLABORADORES POR ANTIGUIDADE E CATEGORIA	< 5 anos		5-14 anos		15-24 anos		25-35		> 36 anos		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dirigente	2	22,2%	6	66,7%		0,0%	1	11,1%		0,0%	9	100%
Médico	53	34,0%	83	53,2%	19	12,2%	1	0,6%		0,0%	156	100%
Técnico Superior de Saúde	2	18,2%	8	72,7%		0,0%	1	9,1%		0,0%	11	100%
Técnico Superior	14	35,0%	22	55,0%	3	7,5%		0,0%	1	2,5%	40	100%
Informático		0,0%	9	81,8%	1	9,1%	1	9,1%		0,0%	11	100%
Docente/Investigação		0,0%	1	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1	100%
Enfermagem	61	13,8%	283	63,9%	67	15,1%	30	6,8%	2	0,5%	443	100%
Técnico Diag. e Terap.	16	18,8%	48	56,5%	16	18,8%		0,0%	5	5,9%	85	100%
Religioso	3	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	3	100%
Administrativo	15	10,4%	79	54,9%	25	17,4%	19	13,2%	6	4,2%	144	100%
Auxiliar	77	22,4%	184	53,5%	48	14,0%	22	6,4%	13	3,8%	344	100%
<b>TOTAL</b>	<b>243</b>	<b>19,5%</b>	<b>723</b>	<b>58,0%</b>	<b>179</b>	<b>14,4%</b>	<b>75</b>	<b>6,0%</b>	<b>27</b>	<b>2,2%</b>	<b>1.247</b>	<b>100%</b>

Uma análise mais detalhada dos dados permite constatar a elevada percentagem de médicos e técnicos superiores com menos de 5 anos em funções.

Relativamente ao Nível de Escolaridade, verifica-se um elevado grau de formação no CHNE, já que 58,3 % apresentam qualificações ao nível de Bacharelato e Licenciatura. Todavia, 15,3 % dos colaboradores ainda não possuem a escolaridade mínima obrigatória em vigor, devido ao peso representativo do Pessoal Assistente Operacional. No entanto, esta tendência tem vindo a ser alterada nos últimos anos. Passando de um peso de 24% em 2007 para 15,3 % em 2011.

COLABORADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 4 anos de escolaridade		0,0%		0,0%	0	0,0%
4 anos de escolaridade	21	6,0%	88	9,8%	109	8,7%
6 anos de escolaridade	21	6,0%	61	6,8%	82	6,6%
9 anos de escolaridade	35	10,0%	81	9,0%	116	9,3%
11 anos de escolaridade	10	2,9%	43	4,8%	53	4,3%
12 anos de escolaridade	46	13,1%	114	12,7%	160	12,8%
Bacharelato	20	5,7%	58	6,5%	78	6,3%
Licenciatura	195	55,7%	443	49,4%	638	51,2%
Mestrado	2	0,6%	9	1,0%	11	0,9%
Doutoramento		0,0%		0,0%	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>100,0%</b>	<b>897</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

Por último, e no que respeita à Nacionalidade, uma pequena minoria (1%) dos colaboradores do Centro Hospitalar são naturais de um país estrangeiro. Destes, 61,53 % são oriundos do espaço comunitário europeu. As carências sentidas na contratação de médicos nacionais justificam a opção pela contratação de médicos estrangeiros, designadamente no mercado espanhol.

COLABORADORES POR NACIONALIDADE	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De países da UE	347	99,1%	887	98,9%	1.234	99,0%
Dos PALOP		0,0%	1	0,1%	1	0,1%
Do Brasil		0,0%	4	0,4%	4	0,3%
De outros países	3	0,9%	5	0,6%	8	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>100,0%</b>	<b>897</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

#### 4.4 Investimentos Realizados

---

O investimento é acima de tudo uma aposta no futuro, em que se admite que os seus benefícios sejam superiores aos custos que o originam. Numa perspectiva de análise custo/benefício, uma acção específica ou projecto é avaliado de forma consistente com o objectivo de apurar as vantagens e desvantagens advindas da implementação ou não dessa actividade.

No sector da saúde, esta análise ultrapassa a tradicional ideia de que os custos e benefícios devam ser expressos em unidades monetárias. De facto, se o projecto ou iniciativa introduzir melhorias significativas no bem-estar do indivíduo quer se trate da prestação de melhores cuidados de saúde, quer se trate da criação de melhores condições de trabalho para tal prestação de cuidados de saúde, dever-se-á levar avante, desde que consideradas as alternativas no âmbito de escassez de recursos.

Neste contexto, e tendo em consideração as profundas mudanças ocorridos em 2006 na prestação dos cuidados de saúde no Nordeste Transmontano, resultantes da criação do CHNE, o Conselho de Administração definiu o Plano de Investimentos para o triénio 2006/09, consignado no *Business Plan*, numa perspectiva estratégica de sustentabilidade e coerência, de modo a proporcionar uma prestação de cuidados de saúde com qualidade e eficiência à população.

De salientar:

- Na Unidade Hospitalar de Bragança as obras de construção do pavilhão da Urgência (orçada em 1.770.000 €); a conclusão das obras do novo Edifício Técnico para os Grupos de Aquecimento e Energia (orçada em 1.930.000 €) e a requalificação do 3º piso da Unidade, nos serviços de Pediatria e Neonatologia;
- Na Unidade de Macedo de Cavaleiros, a construção de um pavilhão para a Unidade de Cuidados de Convalescença adjacente ao edifício principal (orçada em 2.127.000 €)
- Na Unidade de Mirandela, a construção da Unidade de Ambulatório; a beneficiação da entrada da Urgência; bem como a aquisição de uma central telefónica.

Transversal a todas as Unidades, realça-se a aquisição de vários aparelhos colocados em diversos pontos de modo a fazer-se o registo biométrico; a integração das plataformas informáticas e centrais telefónicas.

No ano 2011, assistiu-se à conclusão de obras iniciadas em anos anteriores, demonstrado através da elevada diminuição da rubrica das Imobilizações em Curso.

Durante o ano de 2011, concluíram-se as obras de remodelação do edifício de medicina interna e psiquiatria, tendo os doentes internados neste edifício sido deslocados para o 4º piso da Unidade Principal, que beneficiou de remodelação prévia para que estivesse com as condições necessárias para o seu acolhimento.

Ainda decorrente do Programa do Medicamento Hospitalar, foram adquiridos 3 Sistemas *Pyxis*, um para cada Unidade Hospitalar, de modo a aumentar o controlo e eficiência na entrega dos medicamentos.

05

## Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E. propõe que os Resultados obtidos, negativos, no montante de -6.310.198,16 euros sejam aplicados em resultados transitados.



## 6.1 Balanço

BALANÇO ANALÍTICO EM 30 DE JUNHO DE 2011					
CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIO 2011			EXERCÍCIO 2010
		AB	AP	AL	AL
	<b>IMOBILIZADO</b>				
	<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>				
441/2	Obras em curso	9.437.346,71		9.437.346,71	9.331.185,71
		<b>9.437.346,71</b>		<b>9.437.346,71</b>	<b>9.331.185,71</b>
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
431/2	Despesas Inst. e Investimento	124.169,23	124.169,19	0,04	0,04
443	Imobilizações em curso - Imob. Incorpóreo	60.765,78		60.765,78	60.765,78
449	Adiant. P/Conta Imob. Inc.				
		<b>184.935,01</b>	<b>124.169,19</b>	<b>60.765,82</b>	<b>60.765,82</b>
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
421	Terrenos e Recursos Natur.	1.571.500,00		1.571.500,00	1.571.500,00
422	Edifícios e Outras Const.	16.493.856,08	5.635.674,14	10.858.181,94	11.126.018,79
423	Equipamento Básico	24.174.423,42	20.613.196,56	3.561.226,86	4.123.098,35
424	Equipamento de Transporte	242.529,10	241.899,24	629,86	746,32
425	Ferramenta e Utensílios	81.379,77	64.300,79	17.078,98	18.840,24
426	Equipamento Administrativo e informático	7.578.689,68	6.215.664,95	1.363.024,73	1.634.508,12
427	Taras e Vasilhame	5.343,48	5.343,48		
429	Outras Imobil. Corpóreas	755.614,32	436.479,69	319.134,63	332.475,05
448	Adiant. p/ Conta Imob. Corp.				
		<b>50.903.335,85</b>	<b>33.212.558,85</b>	<b>17.690.777,00</b>	<b>18.807.186,87</b>
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
414+415	Títulos e Out. Aplic. Financ.				
447	Adiant. p/ Conta Imob, Fin.				
	<b>CIRCULANTE</b>				
	<b>EXISTÊNCIAS</b>				
36	Matérias Primas, Sub. Consumo	1.360.437,23		1.360.437,23	1.343.845,61
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos p/conta de compras				
		<b>1.360.437,23</b>		<b>1.360.437,23</b>	<b>1.343.845,61</b>
	<b>Dívidas Terceiros-Médio longo prazo</b>				
	<b>Dívidas terceiros-Curto prazo</b>				
211/5	Clientes C./C.	7.560.420,02		7.560.420,02	8.673.722,24
218	Clientes cobrança duvidosa	871.209,99	748.413,27	122.796,72	116.445,34
229/2619	Adiantamento a fornecedores	438.234,33		438.234,33	
24	Estado e outros entes públicos	245.000,00		245.000,00	210.000,00
26	Outros devedores	1.673.426,49	115.105,79	1.558.320,70	1.372.935,38
		<b>10.788.290,83</b>	<b>863.519,06</b>	<b>9.924.771,77</b>	<b>10.373.102,96</b>
	<b>Títulos e aplicações de tesouraria</b>				
15	Títulos negociáveis				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	<b>Depósitos bancários e caixa</b>				
12	Depósitos bancários	901.163,66		901.163,66	910.900,91
13	Contas do Tesouro	2.337.865,43		2.337.865,43	
11	Caixa	9.380,37		9.380,37	2.353.475,22
		<b>3.248.409,46</b>		<b>3.248.409,46</b>	<b>3.264.376,13</b>
	<b>Acréscimos de diferimentos</b>				
271	Acréscimos de proveitos	45.853.284,77		45.853.284,77	67.225.471,41
272	Custos diferidos				
		<b>45.853.284,77</b>		<b>45.853.284,77</b>	<b>67.225.471,41</b>
	<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>		<b>33.336.728,04</b>		
	<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>		<b>863.519,06</b>		
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>121.776.039,86</b>	<b>34.200.247,10</b>	<b>87.575.792,76</b>	<b>110.405.934,51</b>



BALANÇO - CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
51	Capital	34.940.000,00	34.940.000,00
56	Reservas de Reavaliação		
57	Reservas	2.671.283,11	2.650.333,27
59	Resultados Transitados	-33.552.442,41	-18.752.042,49
	<b>Subtotal</b>	<b>4.058.840,70</b>	<b>18.838.290,78</b>
88	Resultado Líquido Exercício	-6.310.198,16	-14.979.846,22
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-2.251.357,46</b>	<b>3.858.444,56</b>
	<b>PASSIVO</b>		
29	Provisões para riscos e encargos	675.891,25	606.573,25
		<b>675.891,25</b>	<b>606.573,25</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
231	Dívida Instit. de Crédito	18.177.113,32	13.177.113,32
221	Fornecedores C./C.	17.239.972,72	15.031.988,19
228	Fornecedores - Fact. e Conf.		
225+219	Cauções Forn./ Adiant.Cliente	29.875.118,17	53.735.405,25
239	Outros Emprest. obtidos		
261	Fornecedores Imobilizado	2.213.749,20	2.775.456,99
24	Estado e Out. Entes Públicas	78.532,80	41.298,33
262/3/7	Outros	12.994.041,51	10.897.022,34
		<b>80.578.527,72</b>	<b>95.658.284,42</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos e custos	3.765.063,08	5.280.499,11
274	Proveitos diferidos	4.807.668,17	5.002.133,17
		<b>8.572.731,25</b>	<b>10.282.632,28</b>
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>89.827.150,22</b>	<b>106.547.489,95</b>
	<b>TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>87.575.792,76</b>	<b>110.405.934,51</b>

## 6.2 Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 30 DE JUNHO DE 2011					
CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO 2011		EXERCÍCIO 2010	
	<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
61	Custo mercadoria vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias				
	Materias -primas,sub. e consumo	5.344.428,67	5.344.428,67	10.723.371,08	10.723.371,08
62	Fornecimentos e serviços externos		6.800.989,57		13.209.429,73
	Custos com pessoal				
641/2	Remunerações	14.341.016,62		34.396.208,25	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	340.182,05		748.820,76	
645/6/8	Outros	2.294.282,38	16.975.481,05	5.164.299,55	40.309.328,56
662+663	Amortizações do Imobilizado corpóreo e incorpóreo		1.467.050,85		2.891.665,39
67	Provisões do exercício		94.953,42		606.573,25
63	Transf. correntes concedidas e prestações sociais				
65	Outros custos e perdas operacionais		95.653,14		193.630,33
	(A)		30.778.556,70		67.933.998,34
682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros				
	Juros e custos similares:				
	relativos a empresas do grupo				
681+688	Outros	183.795,77	183.795,77	174.156,98	174.156,98
	(C)		30.962.352,47		68.108.155,32
69	Custos e perdas extraordinárias		401.746,03		672.686,28
	(E)		31.364.098,50		68.780.841,60
86	Impostos sobre o rendimento do exercício		37.784,16		
	(G)		31.401.882,66		68.780.841,60
88	Resultado líquido do exercício		-6.310.198,16		-14.979.846,22
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
71	Vendas e prestações de serviços				
711	Vendas				
712	Prestação de serviços	23.190.620,32	23.190.620,32	49.998.192,83	49.998.192,83
72	Impostos , taxas e outros				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		44.433,12		199.929,12
74	Subsídios à exploração		621.976,95		1.091.508,47
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		417.577,07		806.539,87
	(B)		24.274.607,46		52.096.170,29
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
784	Rendimentos de participações de capital				
781+786	Outros juros e proveitos similares	715,15		1.398,73	
788	Outros	109.758,74	110.473,89	170.733,72	172.132,45
	(D)		24.385.081,35		52.268.302,74
79	Proveitos e ganhos extraordinários		706.603,15		1.532.692,64
	(F)		25.091.684,50		53.800.995,38
RESUMO		Ano 2011		Ano 2010	
Resultados Operacionais (B)-(A)		-6.503.949,24		-15.837.828,05	
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A)		-73.321,88		-2.024,53	
Resultados Correntes (D)-(C)		-6.577.271,12		-15.839.852,58	
Resultados Extraordinários (F-D)-(E-C)		304.857,12		860.006,36	
Resultados Antes de Impostos		-6.272.414,00		-14.979.846,22	
Imposto sobre Rendimentos Exercício		37.784,16		0,00	
Resultados Líquidos Exercício : (F)-(G)		-6.310.198,16		-14.979.846,22	

### 6.3 Demonstração de Resultados por Funções

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2011		
DESIGNAÇÃO	Exercício 2011	Exercício 2010
Prestação de Serviços	23.353.482,48	49.915.886,97
Custos das Vendas e das prestações de serviços	-29.245.568,65	-64.456.820,72
<b>Resultados Brutos</b>	<b>-5.892.086,17</b>	<b>-14.540.933,75</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.173.270,43	2.415.436,83
C. de Distribuição		
C. Administrativos	-1.618.815,06	-3.390.385,36
Outros custos e perdas operacionais	-95.653,14	-290.864,88
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-6.433.283,94</b>	<b>-15.806.747,16</b>
Custo Liq. de financiamento	-184.085,82	-174.156,98
Ganhos e perdas em filiais e associadas		
Ganhos e perdas em outros investimentos		
Res. Não usuais ou não frequentes		
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-6.617.369,76</b>	<b>-15.980.904,14</b>
<b>Impostos s/ os Res. Correntes</b>	<b>-37.784,16</b>	
<b>Resultados Correntes após impostos</b>	<b>-6.655.153,92</b>	<b>-15.980.904,14</b>
Res. Extraordinários	344.955,76	1.001.057,92
Impostos s/ os Res. Extraordinários		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-6.310.198,16</b>	<b>-14.979.846,22</b>

## 6.4 Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2011	
<b>Actividades Operacionais</b>	
Recebimentos de clientes	49.732.829,78
Pagamentos a fornecedores	-8.020.805,85
Pagamentos ao pessoal	-19.181.865,10
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	<b>22.530.158,83</b>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-26.832.119,46
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	<b>-4.301.960,63</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-200,00
<i>Fluxo das actividades operacionais (1)</i>	<b>-4.302.160,63</b>
<b>Actividades de Investimento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	
Imobilizações incorpóreas	
Subsídios de investimento	174.084,03
Juros e proveitos similares	110.421,49
Dividendos	
<b>Subtotal</b>	<b>284.505,52</b>
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	-1.018.509,77
Imobilizações incorpóreas	
<b>Subtotal</b>	<b>-1.018.509,77</b>
<i>Fluxo das actividades de investimento (2)</i>	<b>-734.004,25</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos*	5.000.000,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	
Subsídios e doações	20.949,84
Venda de acções (quotas) próprias	
Cobertura de prejuízos	
<b>Subtotal</b>	<b>5.020.949,84</b>
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	
Amortizações de contratos de locação financeira	
Juros e custos similares	-751,63
Dividendos	
Redução de capital e prestações suplementares	
Aquisição de acções (quotas) próprias	
<b>Subtotal</b>	<b>-751,63</b>
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<b>5.020.198,21</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>	<b>-15.966,67</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>3.264.376,13</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>3.248.409,46</b>

## 6.5 Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa

---

Em anexo a esta demonstração devem ser feitas as seguintes divulgações:

- Discriminação dos componentes da caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

	2011
Numerário	5.156,17 €
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.239.029,09 €
<b>Equivalentes a Caixa</b>	
Caixa e seus equivalentes	4.224,20 €
<b>Outras disponibilidades</b>	
Depósitos em instituições financeiras	901.163,66 €
Contas do Tesouro	2.337.865,43 €
<b>Caixa</b>	<b>9.380,37 €</b>

- Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E.

## 6.6 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

---

Segundo o Programa do XVII Governo constitucional, o Decreto-Lei n.º 93/2005, de 7 de Junho, determinou a transformação em entidades públicas empresariais de 31 unidades de saúde às quais havia sido atribuído o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Assim sendo, o Centro Hospitalar do Nordeste, EPE, após publicação do DL n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, integrou, por fusão, o Hospital Distrital de Bragança, SA, o Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros e o Hospital Distrital de Mirandela, e encontra-se registado na Conservatória de Bragança com o NIPC n.º 507 594 029, e sede na Av. Abade de Baçal, em Bragança.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011 foram preparadas tendo em consideração os princípios contabilísticos geralmente aceites previstos no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam à numeração definida pelo Plano Oficial de Contabilidade, relativamente à estrutura apresentada.

As notas não referenciadas não são aplicáveis por inexistência de valores ou a sua apresentação não ser relevante para a leitura das demonstrações financeira anexas.

### **Nota 2**

O Balanço e as Demonstrações de Resultados não são susceptíveis de comparabilidade com o exercício anterior porque o Centro Hospitalar do Nordeste, EPE foi extinto em 30 de Junho de 2011 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 67/2011, de 2 de Junho.

Com a publicação do presente Decreto-Lei foi criado a Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E. (ULS do Nordeste, E. P. E.), por integração do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E. (CHNE), e do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Trás-os-Montes I — Nordeste (ACES Nordeste).

### Nota 3

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, por natureza e por funções, bem como métodos de cálculo respeitante às amortizações e provisões.

#### a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados e valorizados segundo o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível).

O imobilizado corpóreo em curso foi registado pelo custo de aquisição e custos iniciais (v.g. projectos, obras de remodelação).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o disposto nas tabelas I e II anexas à Portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto, e respectivas alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 990/84, de 29 de Dezembro, e n.º 85/88, de 9 de Fevereiro, e Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, e ainda pelo Decreto Regulamentar n.º 22/99 de 6 de Outubro.

Os bens do activo imobilizado adquiridos no ano 2011, de valor inferior a 199,52 euros, foram amortizados a 100%, de acordo com o art. 31.º do referido diploma legal.

#### b) Existências (Matérias de consumo)

As matérias de consumo destinadas ao consumo pelas diversas linhas de produção e especialidades, são registadas ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível), através do sistema de inventário intermitente (mensal), utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

#### c) Dívidas de terceiros

Foi adoptado o critério económico, em detrimento do critério fiscal no cálculo das provisões de dívidas a receber dos nossos utentes/outros devedores.

A adopção do referido critério é consequência da especificidade e subjectividade inerente a actividade prestada pelo Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E..

Em 2011, o Centro Hospitalar do Nordeste, EPE reforçou a rubrica cobrança duvidosa mediante informação do Gabinete Jurídico e Contencioso por entender que as dívidas de terceiros, existentes em 30 de Junho de 2011, apresentam riscos de incobrabilidade a médio longo prazo.

d) Acréscimos e diferimentos

Em obediência ao princípio “Da especialização” registam-se as seguintes situações:

- Encargos com horas extraordinárias e noites e suplementos contabilizados em Junho de 2011, no montante de 509.264,76 €, com base nas horas extraordinárias e noites e suplementos realizadas em Junho de 2011, processadas e pagas em Julho de 2011 pela ULSN, EPE.
- Encargos com Férias e Subsídio de férias contabilizados durante o exercício económico, na rubrica acréscimos de custos atingiram o montante de 1.619.915,81 €, com base na estimativa dos encargos produzidos pelo RHV (Software do Departamento de Recursos Humanos – RHV) a serem pagos no próximo exercício.
- Encargos sobre remunerações (v.g. férias, subsídio de férias) foram contabilizados em 2011 com base na estimativa dos encargos produzidos pelo RHV (Software do Departamento de Recursos Humanos – RHV) a pagar no próximo exercício. O montante estimado cifra-se em 313.003,24 €.
- Outros encargos com remunerações no âmbito do SIGIC, no montante de 277.791,67 €.
- Juros a liquidar referente ao empréstimo concedido pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS, no montante de 319.153,86 €.
- Acréscimos de Proveitos foram contabilizados no exercício económico de 2009, 2010 e no corrente exercício económico, na rubrica outros acréscimos de proveitos, o montante de 45.853.284,77 €, sendo que 10.860.448,25 € referem-se a proveitos relativos ao exercício de 2009, 12.993.647,98 € referem-se a proveitos relativos ao exercício de 2010 e 21.999.188,54 € referem-se a proveitos relativos ao corrente exercício económico. Os valores reconhecidos nesta rubrica resultam da valorização dos cuidados de saúde prestados aos utentes beneficiários do SNS nos respectivos anos económicos, conforme previsto no Contrato-Programa celebrado com o Ministério da Saúde.

**Nota 7**

No 1º Semestre de 2011, o Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E. teve ao seu serviço, em média, cerca de 1.247 colaboradores. No quadro, abaixo, encontra-se desagregado o número de colaboradores por categoria profissional, vínculo ou qualquer outra situação.



CATEGORIA	Nº de colaboradores com vínculo				Nº de colaboradores s/vínculo		Total
	F. Pública	CAP	CIT		Prestação de serviços	Outros	
			Termo Certo	Sem Termo			
Órgãos Directivos	3	0	0	0	0	6	9
Pessoal Médico	68	42	0	25	21	0	156
Técnico Sup. Saúde	3	0	1	7	0	0	11
Outro Pessoal Téc. Sup.	9	0	2	25	4	0	40
Técnico Diag. Terap.	56	0	12	17	0	0	85
Pessoal Enfermagem	335	0	40	68	0	0	443
Pessoal Informática	9	0	0	2	0	0	11
Pessoal Administrativo	105	0	13	26	0	0	144
Pessoal Auxiliar e Operário	171	0	65	107	1	0	344
Outros	0	0	0	0	4	0	4
TOTAL	759	42	133	277	30	6	1.247

## Nota 10

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com quadros do tipo seguinte:

ACTIVO BRUTO						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações Corpóreas em Curso</b>						
Obra em curso A	1.834.174,26					1.834.174,26
Obra em curso B	1.967.554,10					1.967.554,10
Obra em curso C	1.202.087,03					1.202.087,03
Obra em curso D	2.198.498,53					2.198.498,53
Obra em curso E	1.908.549,23		86.818,44			1.995.367,67
Obra em curso F	185.328,24					185.328,24
Obra em curso G	8.946,33					8.946,33
Obra em curso H	17.447,91					17.447,91
Obra em curso I	8.600,08		19.342,56			27.942,64
	<b>9.331.185,71</b>		<b>106.161,00</b>			<b>9.437.346,71</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>						
Despesas de instalação	86.504,23					86.504,23
Despesas Invest. Desenv.	37.665,00					37.665,00
Imob. em curso de imobilizações incorpóreas	60.765,78					60.765,78
Outras						
Adiantamentos						
	<b>184.935,01</b>					<b>184.935,01</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
Terrenos recursos nat.	1.571.500,00					1.571.500,00
Edifícios e outras construções	16.355.822,57		138.033,51			16.493.856,08
Equipamento básico	24.062.248,38		112.249,87		74,83	24.174.423,42
Equipamento transporte	242.529,10					242.529,10
Ferramentas e utensílios	80.859,78		519,99			81.379,77
Equipamento administrativo e informático	7.504.653,19		74.036,49			7.578.689,68
Taras e vasilhame	5.343,48					5.343,48
Outras imobilizações corp.	729.813,20		25.801,12			755.614,32
Adiantamentos						
	<b>50.552.769,70</b>		<b>350.640,98</b>		<b>74,83</b>	<b>50.903.335,85</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>						
Outras aplicaç. financ.						
Adiantamentos						
<b>Total Geral</b>	<b>60.068.890,42</b>		<b>456.801,98</b>		<b>74,83</b>	<b>60.525.617,57</b>

Notas:

Obra em curso A	Pavilhão das Consultas Externas
Obra em curso B	Pavilhão Técnico - Central Técnica
Obra em curso C	Cirurgia de Ambulatório
Obra em curso D	Unidade de Cuidados Continuados
Obra em curso E	Pavilhão da Urgência
Obra em curso F	Elevadores
Obra em curso G	Obras nos vestiários centrais
Obra em curso H	Obras de remodelação do Laboratório
Obra em curso I	Obras na cozinha Macedo de Cavaleiros

AMORTIZAÇÕES				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
431 Despesas de instalação	86.504,23			86.504,23
432 Despesas de Invest. Desenvolvimento	37.664,96			37.664,96
439 Outras				
	<b>124.169,19</b>			<b>124.169,19</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
421 Terrenos recursos nat.				
422 Edifícios outras construções	5.229.803,78	405.870,36		5.635.674,14
423 Equipamento básico	19.939.150,03	674.121,36	74,83	20.613.196,56
424 Equipamento transporte	241.782,78	116,46		241.899,24
425 Ferramentas e utensílios	62.019,54	2.281,25		64.300,79
4261 Equipamento Administrativo	1.179.636,29	44.401,90		1.224.038,19
4262 Equipamentos informáticos	4.690.508,78	301.117,98		4.991.626,76
427 Taras e vasilhame	5.343,48			5.343,48
429 Outras imobilizações corp.	397.338,15	39.141,54		436.479,69
	<b>31.745.582,83</b>	<b>1.467.050,85</b>	<b>74,83</b>	<b>33.212.558,85</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>				
415 Outras aplicaç. financ.				
<b>Total Geral</b>	<b>31.869.752,02</b>	<b>1.467.050,85</b>	<b>74,83</b>	<b>33.336.728,04</b>

#### Nota 14

Em relação às imobilizações corpóreas e em curso, o valor global do imobilizado cadastrado em inventário, constante no balanço, está afecto à actividade do Centro hospitalar do Nordeste, E.P.E., no entanto, os referidos bens estão localizados em diferentes unidades hospitalares, conforme quadro infra.

Descrição	Local	Montante
Pavilhão das Consultas Externas	Bragança	1.834.174,26
Pavilhão Técnico - Central Técnica	Bragança	1.967.554,10
Cirurgia de Ambulatório	Mirandela	1.202.087,03
Unidade de Cuidados Continuados	Macedo de Cavaleiros	2.198.498,53
Pavilhão da Urgência	Bragança	1.995.367,67
Elevadores	Bragança/Mirandela	185.328,24
Obras nos vestiários centrais	Macedo de Cavaleiros	8.946,33
Obras de remodelação do Laboratório	Mirandela	17.447,91
Obras na cozinha	Macedo de Cavaleiros	27.942,64
<b>Total imobilizações em curso</b>		<b>9.437.346,71</b>

#### Nota 23

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa, incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço, é o seguinte:

Rubrica	Valor
211 Clientes c/c	0,00
213 Utentes c/c	0,00
215 Instituições do Estado	0,00
218 Clientes de cobrança duvidosa	748.413,27
26 Outros devedores	115.105,79
<b>Total</b>	<b>863.519,06</b>

### Nota 25

O valor global das dívidas activas, onde transparece as dívidas a receber dos colaboradores da instituição, e passivas respeitantes a dívidas a pagar aos colaboradores da instituição, são as seguintes:

Descrição	Valor
Valor global das dívidas activas	0,00
Valor global das dívidas passivas	89.608,69
<b>Total</b>	<b>89.608,69</b>

### Nota 28

Relativamente às dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora, os referidos valores encontram-se reportados no quadro infra:

Descrição	Valor
2421 Trabalho dependente	0,00
2422 Trabalho independente	0,00
2429 Sobre outros rendimentos	0,00
243 Imposto s/ Valor Acrescentado	0,00
245 Contribuições para a Segurança Social	37.378,03
<b>Total</b>	<b>37.378,03</b>

### Nota 31

Não foi possível apresentar um valor global dos compromissos relativos a pensões, no entanto, está patente na rubrica 643 – Pensões o montante de 340.182,05 € referente aos encargos suportados no exercício económico em análise.

### Nota 34

Desdobramento da conta de provisões e explicitação dos movimentos ocorridos no decorrer do ano de 2011, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 Provisões para cobrança duvidosa	838.124,84	25.635,42	241,20	863.519,06
292 Provisões para riscos e encargos	606.573,25	69.318,00		675.891,25
39 Provisões para depreciação de existências				
49 Provisões para investimentos financeiros				
<b>Total</b>	<b>1.444.698,09</b>	<b>94.953,42</b>	<b>241,20</b>	<b>1.539.410,31</b>

Os movimentos preconizados no corrente exercício económico, têm a sua origem nos movimentos ocorridos na conta de provisões resultante da aplicação do critério adoptado pelo CHNE para o reforço ou anulação de provisões.

A provisão para riscos e encargos, no montante de 69.318 €, reconhecidos no corrente exercício têm a sua origem nas acções judiciais pendentes em 30/06/2011.

### Nota 37

A participação no capital estatutário foi subscrita e é detido, na sua globalidade (100%), pelo Estado.

#### Nota 40

A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos em 2011, em cada uma das rubricas, de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas, é expressa no quadro seguinte:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>51 Capital Estatutário</b>	<b>34.940.000,00</b>			<b>34.940.000,00</b>
<b>57 Reservas</b>	<b>2.650.333,27</b>	<b>20.949,84</b>		<b>2.671.283,11</b>
571 Reservas Legais				
572 Reservas estatutárias				
<b>574 Reservas Livres</b>				
5741 Reservas do SPA				
5742 Reservas de EPE				
575 Subsídio				
<b>576 Doações</b>	<b>86.962,92</b>	<b>20.949,84</b>		<b>107.912,76</b>
5761 De numerário	33.772,18	20.949,84		54.722,02
5769 De equipamento	53.190,74			53.190,74
577 Reservas decorrentes transf. activos	2.563.370,35			2.563.370,35
<b>59 Resultados Transitados</b>	<b>-18.752.042,49</b>	<b>11.016.985,85</b>	<b>25.817.385,77</b>	<b>-33.552.442,41</b>
591 De exercício anteriores	-8.030.195,92		10.721.846,57	-18.752.042,49
<b>592 Do exercício anterior</b>	<b>-10.721.846,57</b>	<b>11.016.985,85</b>	<b>15.095.539,20</b>	<b>-14.800.399,92</b>
5921 Do exercício anterior	-10.306.675,17	10.306.675,17	14.979.846,22	-14.979.846,22
5922 Regularizações	-415.171,40	710.310,68	115.692,98	179.446,30
<b>88 Res. Líquido do Exercício</b>	<b>-14.979.846,22</b>	<b>14.979.846,22</b>		<b>-6.310.198,16</b>

Em conformidade com o quadro supra, os aumentos e diminuições ocorridos na rubrica 59 – *Resultados Transitados* tiveram origem nas seguintes regularizações:

- Transferência do saldo inicial de 2011 (RLE de 2009), no montante de 10.306.675,17 €, da rubrica 5921-*Resultados Transitados - Do exercício anterior* para a rubrica 591-*Resultados Transitados - De exercícios anteriores*.
- Transferência do saldo inicial de 2011, no montante de 415.171,40 €, da rubrica 5922-*Regularizações (Resultados Transitados - Do exercício anterior)* para a rubrica 591-*Resultados Transitados - De exercícios anteriores*.
- Aplicação dos resultados, negativos, obtidos em 2010, no montante de -14.979.846,22€, conforme deliberação do CA;

Regularização no corrente exercício económico, ao abrigo da Directriz contabilística n.º 8/92, dos factos imputáveis ao exercício económico de 2010.

- Foi reconhecido na rubrica 5922-*Regularizações (Resultados Transitados - Do exercício anterior)* uma diminuição de 115.692,98 e um aumento 295.139,28 aquando do pagamento do Subsídio de férias e férias de 2010.

Relativamente aos factos ocorridos no exercício económico 2011, cuja responsabilidade é imputável ao CHNE fazem parte integrante do saldo respectivo da rubrica.

#### Nota 41

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de
Existências iniciais		1.343.845,61
Compras		5.384.654,83
Regularizações		-23.634,54
Existências finais		1.360.437,23
<b>Custos no exercício</b>		<b>5.344.428,67</b>

#### Nota 43

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais do Centro Hospitalar do Nordeste (7 elementos e Fiscal Único) no presente exercício, ascendeu a 201.030,32 €, distribuindo-se do seguinte modo:

Remunerações dos Órgãos Sociais	Presidente do CA	Vogal Executivo CA				Director Clínico CA	Enf. Directora CA	Fiscal Único
	Dr. Henrique Capelas	Dr. António Marçôa	Eng. José Cardoso	Dra. Isabel Barreira	Dra. Cláudia Miranda	Dr. Sampaio da Veiga	Enf. Conceição Vieira	
Remuneração	22.296,34	19.454,48	19.454,48	19.454,48	19.454,48	13.397,86	19.454,48	6.863,40
Outras regalias e compensações	9.756,78	6.728,67	6.302,27	6.260,18	6.310,61	5.964,97	5.934,79	
Encargos com benefícios sociais	1.212,89	1.011,33	2.594,66	2.297,44	2.297,44	2.051,34	2.476,95	
<b>Total Geral</b>	<b>33.266,01</b>	<b>27.194,48</b>	<b>28.351,41</b>	<b>28.012,10</b>	<b>28.062,53</b>	<b>21.414,17</b>	<b>27.866,22</b>	<b>6.863,40</b>

## Nota 45

Demonstração dos resultados financeiros, como segue:

Custos e Perdas	2011	2010	Proveitos e Ganhos	2011	2010
681 Juros suportados	183.228,24	172.712,61	781 Juros obtidos	715,15	1.398,73
683 Amortizações de investimentos em Imóveis			783 Rendimentos de imóveis		
684 Provisões para aplicações financeiras			785 Diferenças de câmbio favoráveis		
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis			786 Desconto de pronto pagamento obtidos	109.758,74	170.733,72
687 Perdas na alien. de aplicações de tesouraria			787 Ganhos na alien. de aplicações de tesouraria		
688 Outros custos e perdas financeiras	567,53	1.444,37	788 Outros proveitos e ganhos financeiros		
Resultados financeiros (+/-)	-73.321,88	-2.024,53			
	<b>110.473,89</b>	<b>172.132,45</b>		<b>110.473,89</b>	<b>172.132,45</b>

## Nota 46

Demonstração dos resultados extraordinários, como segue:

Custos e Perdas	2011	2010	Proveitos e Ganhos	2011	2010
691 Transferências de capital concedidas			792 Recuperação de dívidas		
692 Dívidas incobráveis			793 Ganhos em existências	19.002,60	68.535,65
693 Perdas em existências	42.637,14	117.384,68	794 Ganhos em imobilizações		
694 Perdas em imobilizações			795 Benefícios e penalidades contratuais		
695 Multas e penalidades	50,00	401,28	796 Reduções de amortizações e provisões	241,20	1.894,48
696 Aumentos amortizações e provisões			797 Correções relativas a exercícios anteriores	318.810,25	413.848,76
697 Correções relativas a exercícios anteriores	358.908,89	554.900,32	798 Outros proveitos e ganhos extraordinários	368.549,10	1.048.413,75
698 Outros custos e perdas extraordinárias	150,00				
Resultados extraordinários (+/-)	304.857,12	860.006,36			
	<b>706.603,15</b>	<b>1.532.692,64</b>		<b>706.603,15</b>	<b>1.532.692,64</b>

## Nota 47

Prestam-se aqui as informações exigidas por diplomas legais que se aplicam ao Centro Hospitalar do Nordeste, EPE, de acordo com a sua actividade.

**Despacho n.º 17164/2006, de 25 de Agosto**



MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

Janeiro a Junho de 2011

RUBRICAS		Orçamento Anual	Orçamentado Ajustado	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
Código	Designação						Orç.-Proc.Aquis	Orç.-Enc. Ass	Orç.-Proc.	
312	COMPRAS:									
	Mercadorias									
	PRODUTOS FARMACÊUTICOS:									
31611	Medicamentos	5.066.226,64	2.533.113,32	2.551.239,11	2.550.949,86	2.464.941,05	-18.125,79	-17.836,54	68.172,27	19.466,51
31612	Reagentes e prod. diag. rápido	1.418.207,88	709.103,94	700.251,46	700.251,46	690.020,22	8.852,48	8.852,48	19.083,72	1.052,14
31619	Outros produtos farmacêuticos	240.249,79	120.124,89	118.326,13	118.326,13	116.892,04	1.798,76	1.798,76	3.232,85	0,00
	<b>Total da conta 3161</b>	<b>6.724.684,30</b>	<b>3.362.342,15</b>	<b>3.369.816,70</b>	<b>3.369.527,45</b>	<b>3.271.853,31</b>	<b>-7.474,55</b>	<b>-7.185,30</b>	<b>90.488,84</b>	<b>20.518,65</b>
3162	Material de consumo clínico	3.764.076,47	1.882.038,23	1.964.577,86	1.960.315,10	1.863.534,42	-82.539,63	-78.276,87	18.503,81	24.880,06
3163	Produtos alimentares	2.830,54	1.415,27	209,11	209,11	189,65	1.206,16	1.206,16	1.225,62	62,47
3164	Material consumo hoteleiro	133.348,23	66.674,11	74.878,32	74.878,32	68.024,89	-8.204,21	-8.204,21	-1.350,78	1.856,90
3165	Material consumo administrativo	171.166,32	85.583,16	103.781,69	103.781,69	93.372,82	-18.198,53	-18.198,53	-7.789,66	2.975,53
3166	Material manutenção e conservação	226.466,77	113.233,38	136.232,95	136.232,95	118.090,15	-22.999,57	-22.999,57	-4.856,77	27.760,87
3169	Outro material de consumo			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 31</b>	<b>11.022.572,63</b>	<b>5.511.286,31</b>	<b>5.649.496,63</b>	<b>5.644.944,62</b>	<b>5.415.065,24</b>	<b>-138.210,32</b>	<b>-133.658,31</b>	<b>96.221,07</b>	<b>78.054,48</b>
317	Devolução de compras					30.410,41	0,00	0,00	-30.410,41	-30.110,90
318	Descontos e abatimentos em compras									
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.022.572,63</b>	<b>5.511.286,31</b>	<b>5.649.496,63</b>	<b>5.644.944,62</b>	<b>5.384.654,83</b>	<b>-138.210,32</b>	<b>-133.658,31</b>	<b>126.631,48</b>	<b>47.943,58</b>

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas

Janeiro a Junho de 2011

RUBRICAS		Orçamento Anual	Orçamentado Ajustado	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
Código	Designação						Orç.-Proc.Aquis.	Orç.-Enc. Ass.	Orç.-Proc.	
<b>CUSTOS MERC. VEND. mc</b>										
6161	Produtos farmacêuticos	6.355.881,67	3.177.940,84			3.238.917,70			-60.976,87	
6162	Material de consumo clínico	3.922.824,73	1.961.412,37			1.825.328,77			136.083,60	
6163	Produtos alimentares	483,08	241,54			255,23			-13,69	
6164	Material consumo hoteleiro	130.355,51	65.177,76			65.657,19			-479,44	
6165	Material consumo administrativo	168.077,32	84.038,66			95.446,38			-11.407,72	
6166	Material manutenção/conservação	314.364,24	157.182,12			118.823,40			38.358,72	
6169	Outro material de consumo	0,00	0,00			0,00			0,00	
	<b>Total da conta 61</b>	<b>10.891.986,55</b>	<b>5.445.993,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.344.428,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>101.564,61</b>	<b>0,00</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>										
<b>Subcontratos:</b>										
6211	Assistência ambulatorio									
<b>Meios complementares diagnóstico:</b>										
62121	Patologia clínica					5.148,79	0,00	0,00	-5.148,79	
62122	Anatomia patológica					2.901,60	0,00	0,00	-2.901,60	
62123	Radiologia									
62124	Cardiologia									
62125	Electroencefalografia									
62126	Medicina nuclear					7.035,00	0,00	0,00	-7.035,00	
62127	Endoscopia Gástrica					1.100,00	0,00	0,00	-1.100,00	
62128	Pneumologia / Imunoalergologia									
62129	Outros									
	<b>Total da conta 6212</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.185,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-16.185,39</b>	<b>0,00</b>
<b>Meios complementares terapêutica:</b>										
62131	Hemodiálise									
62132	Medicina física e de reabilitação									
	<b>Total da conta 6213</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
6214	Prescrição de medicamentos					628,95	0,00	0,00	-628,95	
6215	Internamentos									
6216	Transporte de doentes					1.510,54	0,00	0,00	-1.510,54	
6217	Aparelhos complementares de terapêutica									
	<b>Total da conta 621</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.324,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-18.324,88</b>	<b>0,00</b>
<b>Trabalhos executados no exterior:</b>										
<b>Em entidades do MS:</b>										
621811	Assistência ambulatorio			140,72	140,72	140,72	-140,72	-140,72	-140,72	
621812	Meios complementares diagnóstico	48.064,92	24.032,46	117.498,03	117.498,03	120.175,13	-93.465,57	-93.465,57	-96.142,67	0,00
621813	Meios complementares terapêutica	1.124.803,90	562.401,95	341.806,08	341.806,08	341.173,46	220.595,87	220.595,87	221.228,49	0,00
621814	Produtos vendidos p/farmácias					0,00	0,00	0,00	0,00	
621815	Internamentos e transportes de doentes					86.988,30	0,00	0,00	-86.988,30	
621819	Outros					8.575,60	0,00	0,00	-8.575,60	
	<b>Total da conta 62181</b>	<b>1.172.868,82</b>	<b>586.434,41</b>	<b>459.444,83</b>	<b>459.444,83</b>	<b>557.053,21</b>	<b>126.989,58</b>	<b>126.989,58</b>	<b>29.381,20</b>	<b>0,00</b>
<b>Em outras entidades:</b>										
621891	Assistência ambulatorio					0,00	0,00	0,00	0,00	
621892	Meios complementares diagnóstico	1.553.899,28	776.949,64	800.182,97	800.182,97	790.793,12	-23.233,33	-23.233,33	-13.843,48	6.956,70
621893	Meios complementares terapêutica	26.402,42	13.201,21	847,44	847,44	847,44	12.353,77	12.353,77	12.353,77	184,16
621894	Produtos vendidos p/farmácias					0,00	0,00	0,00	0,00	
621895	Internamentos e transportes de doentes	1.154.605,90	577.302,95	402.490,03	402.490,03	302.907,64	174.812,92	174.812,92	274.395,31	47.301,49
621896	Aparelhos compl. Terapêutica					0,00	0,00	0,00	0,00	
621897	Assistência no estrangeiro					0,00	0,00	0,00	0,00	
621898	Termalismo social					0,00	0,00	0,00	0,00	
621899	Outros					144.732,36	0,00	0,00	-144.732,36	
	<b>Total da conta 62189</b>	<b>2.734.907,60</b>	<b>1.367.453,80</b>	<b>1.203.520,44</b>	<b>1.203.520,44</b>	<b>1.239.280,56</b>	<b>163.933,36</b>	<b>163.933,36</b>	<b>128.173,24</b>	<b>54.442,35</b>
	<b>Total da conta 6218</b>	<b>3.907.776,42</b>	<b>1.953.888,21</b>	<b>1.662.965,27</b>	<b>1.662.965,27</b>	<b>1.796.333,77</b>	<b>290.922,94</b>	<b>290.922,94</b>	<b>157.554,44</b>	<b>54.442,35</b>
	<b>Total da conta 621</b>	<b>3.907.776,42</b>	<b>1.953.888,21</b>	<b>1.662.965,27</b>	<b>1.662.965,27</b>	<b>1.814.658,65</b>	<b>290.922,94</b>	<b>290.922,94</b>	<b>139.229,56</b>	<b>54.442,35</b>

# MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas

Janeiro a Junho de 2011

RUBRICAS		Orçamento Anual	Orçamentado Ajustado	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
Código	Designação						Orç.-Proc.Aquis.	Orç.-Enc. Ass.	Orç.-Proc.	
6221	Fornecimentos e serviços:	1.466.936,09	733.468,05	793.847,36	793.447,36	822.699,35	-60.379,31	-59.979,31	-89.231,30	700.700,98
6222	Fornecimentos e serviços I	1.105.608,66	552.804,33	517.463,54	517.173,21	627.828,77	35.340,79	35.631,12	-75.024,44	484.890,76
6223	Fornecimentos e serviços II	6.659.262,53	3.329.631,27	3.518.285,46	3.518.285,46	3.326.152,85	-188.654,20	-188.654,20	3.478,42	1.275.960,43
6229	Fornecimentos e serviços III	100.876,69	50.438,35	14.191,20	14.191,20	209.649,95	36.247,15	36.247,15	-159.211,61	836,64
	Outros fornecimentos e serviços	9.332.683,97	4.666.341,99	4.843.787,56	4.843.097,23	4.986.330,92	-177.445,58	-176.755,25	-319.988,94	2.462.388,81
	<b>Total da conta 622</b>	<b>9.332.683,97</b>	<b>4.666.341,99</b>	<b>4.843.787,56</b>	<b>4.843.097,23</b>	<b>4.986.330,92</b>	<b>-177.445,58</b>	<b>-176.755,25</b>	<b>-319.988,94</b>	<b>2.462.388,81</b>
	<b>Total da conta 62</b>	<b>13.240.460,39</b>	<b>6.620.230,20</b>	<b>6.506.752,83</b>	<b>6.506.062,50</b>	<b>6.800.989,57</b>	<b>113.477,37</b>	<b>114.167,70</b>	<b>-180.759,38</b>	<b>2.516.831,16</b>
63	ansferências correntes concedidas/Prestações sociais					0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>CUSTOS COM PESSOAL:</b>	<b>391.934,35</b>								
	Remunerações órgãos directivos:									
6411	Remuneração base	263.102,93	131.551,46	104.715,51	104.715,51	114.345,66	26.835,95	26.835,95	17.205,80	104.715,51
6412	Subsídio de férias e natal	35.640,17	17.820,08	5.859,22	5.859,22	15.489,37	11.960,86	11.960,86	2.330,71	5.859,22
6413	Suplementos de remuneração	81.680,37	40.840,19	35.498,64	35.498,64	35.498,64	5.341,55	5.341,55	5.341,55	35.498,64
6414	Prestações sociais directas	11.510,88	5.755,44	4.440,24	4.440,24	5.002,68	1.315,20	1.315,20	752,76	4.440,24
6419	Outras remunerações	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 641</b>	<b>391.934,35</b>	<b>195.967,18</b>	<b>150.513,61</b>	<b>150.513,61</b>	<b>170.336,35</b>	<b>45.453,57</b>	<b>45.453,57</b>	<b>25.630,83</b>	<b>150.513,61</b>
64211	Remuneração base do pessoal:									
64212	Pessoal dos quadros - Reg. função pública	14.101.169,45	7.050.584,73	5.707.084,38	5.707.084,38	6.266.754,82	1.343.500,35	1.343.500,35	783.829,90	5.707.084,38
64213	Pessoal com contrato a termo certo	745.017,24	372.508,62	341.492,05	341.492,05	375.721,40	31.016,57	31.016,57	-3.212,78	341.492,05
64214	Pessoal em qualquer outra situação	4.286.392,65	2.143.196,33	1.943.237,19	1.943.237,19	2.144.055,51	199.959,14	199.959,14	-859,18	1.943.237,19
	Pessoal dos quadros - Reg. CIT	63.916,29	31.958,15	50.253,19	50.253,19	55.564,03	-18.295,05	-18.295,05	-23.605,89	50.253,19
	<b>Total da conta 6421</b>	<b>19.196.495,63</b>	<b>9.598.247,82</b>	<b>8.042.066,81</b>	<b>8.042.066,81</b>	<b>8.842.095,76</b>	<b>1.556.181,01</b>	<b>1.556.181,01</b>	<b>756.152,06</b>	<b>8.042.066,81</b>
	<b>Suplementos de remuneração:</b>									
642211	Horas extraordinárias	4.245.982,49	2.122.991,25	2.201.851,11	2.201.851,11	2.177.678,58	-78.859,86	-78.859,86	-54.687,33	2.201.851,11
642212	Prevenções	1.613.473,35	806.736,68	670.315,10	670.315,10	548.209,36	136.421,58	136.421,58	258.527,32	670.315,10
642221	Noites e suplementos	1.718.932,30	859.466,15	827.139,93	827.139,93	812.612,93	32.326,22	32.326,22	46.853,22	827.139,93
642222	Subsídio de turno		0,00	0,00		0,00				
64223	Abono para falhas	1.949,80	974,90	971,75	971,75	971,75	3,15	3,15	3,15	971,75
64224	Subsídio de refeição	1.099.027,94	549.513,97	577.709,38	577.709,38	577.709,38	-28.195,41	-28.195,41	-28.195,41	577.709,38
64225	Ajudas de custo	129.157,50	64.578,75	52.903,40	52.903,40	52.903,40	11.675,35	11.675,35	11.675,35	52.903,40
64226/7	Vestuário e artigos pessoais/Alim. e Aloj.		0,00			0,00				
642281	PECLEC/SIGIC	266.790,70	133.395,35	120.053,95	120.053,95	0,00	13.341,40	13.341,40	133.395,35	120.053,95
642282 a 9	Outras suplementos	239.264,50	119.632,25	126.309,16	126.309,16	126.309,16	-6.676,91	-6.676,91	-6.676,91	126.309,16
	<b>Total da conta 6422</b>	<b>9.314.578,58</b>	<b>4.657.289,29</b>	<b>4.577.253,78</b>	<b>4.577.253,78</b>	<b>4.296.394,56</b>	<b>80.035,51</b>	<b>80.035,51</b>	<b>360.894,73</b>	<b>4.577.253,78</b>
6423	Prestações sociais directas	258.138,36	129.069,18	62.395,96	62.395,96	66.673,22	66.673,22	66.673,22	66.673,22	62.395,96
6424	Subsídio de férias e natal	3.447.816,22	1.723.908,11	169.167,43	169.167,43	969.793,99	1.554.740,68	1.554.740,68	754.114,12	169.167,43
643	Pensões	711.379,72	355.689,86	340.182,05	340.182,05	340.182,05	15.507,81	15.507,81	15.507,81	340.182,05
645	Encargos sobre remunerações	4.556.248,77	2.278.124,39	1.899.790,92	1.899.790,92	2.212.231,72	378.333,47	378.333,47	65.892,66	1.899.790,92
646	Seguros de acidentes trabalho e doenças prof.	30.631,80	15.315,90	28.531,07	28.531,07	28.633,06	-13.215,17	-13.215,17	-13.317,16	28.480,06
647	Encargos sociais voluntários		26.101,53	26.101,53	26.101,53	26.101,53	-26.101,53	-26.101,53	-26.101,53	26.101,53
648	Outros custos com pessoal	333.112,91	166.556,46	27.316,07	27.316,07	27.316,07	139.240,39	139.240,39	139.240,39	27.316,07
	<b>Total da conta 64</b>	<b>38.240.336,34</b>	<b>19.120.168,17</b>	<b>15.323.319,23</b>	<b>15.323.319,23</b>	<b>16.975.481,05</b>	<b>3.796.848,94</b>	<b>3.796.848,94</b>	<b>2.144.687,12</b>	<b>15.323.268,22</b>

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas

Janeiro a Junho de 2011

RUBRICAS		Orçamento Anual	Orçamentado Ajustado	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
Código	Designação						Orç.-Proc.Aquis.	Orç.-Enc. Ass.	Orç.-Proc.	
65	Outros custos e perdas operacionais	193.630,33	96.815,17 0,00	95.653,23	95.653,23	95.653,14	1.161,94	1.161,94	1.162,02	95.653,14
66	Amortizações do exercício	2.873.302,60	1.436.651,30			1.467.050,85			-30.399,55	
67	Provisões do exercício					94.953,42			-94.953,42	
68	Custos e Perdas Financeiras	2.329,62	1.164,81	18.519,18	18.519,18	183.795,77	-17.354,37	-17.354,37	-182.630,96	751,63
	<b>CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS:</b>	<b>675.538,52</b>								
691	Transf. de capital concedidas	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
693	Perdas em existências	71.694,62	35.847,31			42.637,14	35.847,31	35.847,31	-6.789,83	
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
695	Multas e penalidades	84,08	42,04	50,00	50,00	50,00	-7,96	-7,96	-7,96	50,00
696	Aumentos Amort. e de provisões	0,00	0,00			0,00			0,00	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	603.507,59	301.753,80	315.891,25	315.891,25	358.908,89	-14.137,45	-14.137,45	-57.155,09	9.792.301,71
698	Outros custos e perdas extraordinárias	252,23	126,11	150,00	150,00	150,00	-23,89	-23,89	-23,89	150,00
	<b>Total da conta 69</b>	<b>675.538,52</b>	<b>337.769,26</b>	<b>316.091,25</b>	<b>316.091,25</b>	<b>401.746,03</b>	<b>21.678,01</b>	<b>21.678,01</b>	<b>-63.976,77</b>	<b>9.792.501,71</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>66.117.584,35</b>	<b>33.058.792,18</b>	<b>22.260.335,72</b>	<b>22.259.645,39</b>	<b>31.364.098,50</b>	<b>3.915.811,88</b>	<b>3.916.502,21</b>	<b>1.694.693,68</b>	<b>27.729.005,86</b>

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Proveitos e Ganhos

Janeiro a Junho de 2011

RUBRICAS		Orçamento Anual	Orçamentado Ajustado	Emitido	Orç.-Emitido	Cobrados
Código	Designação					
	<b>VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:</b>					
	Prestações de serviços:					
7121	Internamento	23.019.245,37	11.509.622,69	11.246.429,68	263.193,01	83.550,30
7122	Consulta	7.694.189,36	3.847.094,68	3.989.512,16	-142.417,48	1.255,00
7123	Urgência	4.955.544,45	2.477.772,23	2.690.079,81	-212.307,59	29.688,07
7124	Quartos particulares					
7125	Hospital de dia	419.320,95	209.660,48	201.414,46	8.246,02	
	Meios complementares de diagnóstico e terapêutica:	3.626.197,57	1.813.098,79	1.363.720,75	449.378,04	169.272,22
7127	Taxas moderadoras	760.699,69	380.349,85	393.098,67	-12.748,83	387.766,96
7128	Outras prestações de serviços de saúde	7.648.813,45	3.824.406,73	3.306.364,79	518.041,94	
7129	Outras prestações de serviços					
	<b>Total da conta 712</b>	<b>48.124.010,84</b>	<b>24.062.005,42</b>	<b>23.190.620,32</b>	<b>871.385,10</b>	<b>671.532,55</b>
72	Impostos e taxas					
73	Proveitos suplementares	140.000,00	70.000,00	44.433,12	25.566,88	16.708,08
	<b>TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS:</b>					
741	Transferências - Tesouro					
	Transferências correntes obtidas:					
7421	Da ACSS	830.383,36	415.191,68	613.453,33	-198.261,65	36.889,32
7422	Do PIDDAC					
7423	Do FSE	17.118,21	8.559,11	8.523,62	35,48	8.523,62
7429	Outras transferências correntes obtidas					
743	Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos					
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades					
	<b>Total da conta 74</b>	<b>847.501,57</b>	<b>423.750,79</b>	<b>621.976,95</b>	<b>-198.226,17</b>	<b>45.412,94</b>
75	Trabalhos para a própria entidade					
	<b>OUTRO PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS:</b>					
762	Reembolsos	450.451,72	225.225,86	384.227,33	-159.001,47	98.131,90
763	Produtos de fabricação interna					
768	Não específicos alheios ao valor acrescentado					
769	Outros	20.236,82	10.118,41	33.349,74	-23.231,33	22.105,27
	<b>Total da conta 76</b>	<b>470.688,54</b>	<b>235.344,27</b>	<b>417.577,07</b>	<b>-182.232,80</b>	<b>120.237,17</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	378.972,60	189.486,30	110.473,89	79.012,41	110.421,49
79	Proveitos e ganhos extraordinários	160.500,30	80.250,15	706.603,15	-626.353,00	29.116.694,52
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>50.121.673,85</b>	<b>25.060.836,93</b>	<b>25.091.684,50</b>	<b>-30.847,57</b>	<b>30.081.006,75</b>

# MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Janeiro a Junho de 2011

Código	RUBRICAS Designação	Orçamento Anual	Orçamentado Ajustado	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
							Orç.-Proc.Aquis	Orç.-Enc. Ass	Orç.-Proc.	
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>									
421	Terrenos recursos naturais									
422	Edifícios e outras construções			174.291,12	174.291,12	138.033,51	-174.291,12	-174.291,12	-138.033,51	0,00
423	<b>EQUIPAMENTO BÁSICO:</b>									
4231	Médico-cirúrgico	820.951,64	410.475,82	135.146,13	135.146,13	62.445,35	275.329,69	275.329,69	348.030,47	0,00
4232	De imagiologia	13.064,58	6.532,29	2.686,32	2.686,32	2.686,32	3.845,97	3.845,97	3.845,97	0,00
4233	De laboratório	5.798,68	2.899,34	12.171,59	12.171,59	6.334,51	-9.272,25	-9.272,25	-3.435,17	0,00
4234	Mobiliário hospitalar	289.310,02	144.655,01	26.153,13	26.153,13	4.929,59	118.501,88	118.501,88	139.725,42	0,00
4235	De desinfecção e esterilização	36.035,78	18.017,89	4.385,75	4.385,75	4.385,75	13.632,14	13.632,14	13.632,14	0,00
4236	De hotelaria	165.743,10	82.871,55	24.832,96	24.832,96	18.916,30	58.038,59	58.038,59	63.955,25	162,00
4239	Outro	124.872,51	62.436,26	18.524,39	18.524,39	12.552,05	43.911,87	43.911,87	49.884,21	29,00
	<b>Total da conta 423</b>	<b>1.455.776,31</b>	<b>727.888,16</b>	<b>223.900,27</b>	<b>223.900,27</b>	<b>112.249,87</b>	<b>503.987,89</b>	<b>503.987,89</b>	<b>615.638,29</b>	<b>191,00</b>
424	De transporte	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	4.036,13	2.018,07	520,00	520,00	519,99	1.498,07	1.498,07	1.498,08	0,00
426	<b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E INFORMÁTICO:</b>									
4261	Equipamento administrativo	78.283,09	39.141,55	19.577,10	19.577,10	9.809,48	19.564,45	19.564,45	29.332,07	59,29
4262	Equipamento informático	229.061,11	114.530,56	106.509,49	106.509,49	64.227,01	8.021,07	8.021,07	50.303,55	992,08
	<b>Total da conta 426</b>	<b>307.344,20</b>	<b>153.672,10</b>	<b>126.086,59</b>	<b>126.086,59</b>	<b>74.036,49</b>	<b>27.585,51</b>	<b>27.585,51</b>	<b>79.635,61</b>	<b>1.051,37</b>
427	Taras e vasilhame									
429	Outras	65.612,09	32.806,05	384.497,25	384.497,25	25.801,12	-351.691,21	-351.691,21	7.004,93	0,00
	<b>TOTAL IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>	<b>1.832.768,73</b>	<b>916.384,37</b>	<b>909.295,23</b>	<b>909.295,23</b>	<b>350.640,98</b>	<b>7.089,14</b>	<b>7.089,14</b>	<b>565.743,39</b>	<b>1.242,37</b>
43	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>									
	Imobilizações incorpóreas									
44	<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:</b>									
	Imobilizações em curso	1.307.677,50	653.838,75	128.281,02	128.281,02	106.161,00	525.557,73	525.557,73	547.677,75	164,80
45	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>									
	Bens de domínio público									
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.140.446,23</b>	<b>1.570.223,12</b>	<b>1.037.576,25</b>	<b>1.037.576,25</b>	<b>456.801,98</b>	<b>532.646,87</b>	<b>532.646,87</b>	<b>1.113.421,14</b>	<b>1.407,17</b>

O Técnico Oficial de Contas n.º 74.994

---

(José Manuel Ferreira Soares)

Presidente do CA

---

António Alberto Coelho Marçôa

Vogal Executivo

---

Aida da Conceição Domingues  
Palas

Director Clínico CH

---

Domingos António da Veiga  
Fernandes

Director Clínico CSP

---

Armandino Raposo Mondragão

Enfermeira Directora

---

Ângela Maria Meireles Moas Prior

## Certificação Legal de Contas

O Técnico Oficial de Contas n.º 74.994

---

(José Manuel Ferreira Soares)

O Conselho de Administração

---

A. Henrique Machado Capelas  
Presidente

---

Manuel Pinto Sampaio da Veiga  
Director Clínico

---

Maria da Conceição Bernardino  
Vieira  
Enfermeira Directora

---

António Alberto Coelho Marçôa  
Vogal Executivo

---

Cláudia Maria Fileno Miranda  
Vogal Executivo



---

Isabel Maria Branco Barreira

Vogal Executivo

---

José Carlos Fonseca Cardoso

Vogal Executivo

## Relatório e Parecer do Fiscal Único



